



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS- CAMETÁ
FACULDADE DE HISTORIA (FACHTO)

UELITON DE SOUSA

**HISTÓRIA, COSTUMES E MUDANÇA ALIMENTAR DO POVO INDÍGENA
ASSURINI DA RESERVA TROCARÁ, MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, PARÁ, 1990 a
2010.**

Cametá / Pará

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS-CAMETÁ
FACULDADE DE HISTORIA (FACHTO)

UELITON DE SOUSA

**HISTÓRIA, COSTUMES E MUDANÇA ALIMENTAR DO POVO INDÍGENA
ASSURINI DA RESERVA TROCARÁ, MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, PARÁ, 1990 a
2010**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a
Faculdade de História - FACTHO /UFPA – do Campus
Universitário do Tocantins-Cametá como um dos pré-
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena
em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Benedita
Celeste de Moraes Pinto.**

Cametá
2014

UELITON DE SOUSA

**HISTÓRIA, COSTUMES E MUDANÇA ALIMENTAR DO POVO INDÍGENA
ASSURINI DA RESERVA TROCARÁ, MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, PARÁ, 1990 a
2010**

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. Tatiane do Socorro Correa Teixeira
Avaliadora

Prof. Dr José Pedro Garcia Oliveira
Avaliador

Prof^ª.Dr^ª Benedita Celeste de Moraes Pinto
Orientadora

Cametá- Pará
2013

A Deus por jamais ter me deixado sozinho, e por todas as vezes que me levantou, me dando ânimo para continuar.

A minha Mãe Edileusa da Rocha Souza, por ter sido meu braço forte, e meu maior exemplo, durante toda a vida.

A minha orientadora Professora Doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste Trabalho de conclusão de Curso.

A todos os professores do curso de História, que foram muito importantes na minha vida acadêmica.

A minha tia Flordemira Ferreira, pelo carinho, a paciência, a ajuda e por sua disponibilidade em todos os semestres que foram determinantes para o meu aprendizado.

Ao meu tio Olavo Ferreira, pela hospedagem e carinho demonstrados durante a realização do curso.

A todos aqueles que acreditaram em mim, e torceram pelo meu sucesso.

“Um hum, porque de primeiro eles não era assim, porque eles saia pra pescar, hoje em dia não, ela tá ai assistindo. Então de primeiro quando a televisão não tinha, eles saia pra pescar agente ia lá pra cachoeira, por lá comia no outro dia vinha embora”.

(Passawia Assurini)

Agradecimentos

Foi muito bom ter chegado até aqui, e mesmo com tantos desafios e situações inesperadas, é impossível não olhar para trás e dizer obrigado. Esta conquista não é resultado apenas de um trabalho individual, mais é fruto de um trabalho coletivo que durou mais de quatro anos.

Nesta jornada, aprendi o quão é importante e decisivo foi encontrar pessoas que gostam do que fazem, não por reconhecimento, mais principalmente pelo prazer de fazer.

Agradeço a Deus por ter me direcionado a esta área da educação, a final de contas eu amo o estudo da história, e agradeço também pelos grandes mestres que colocou no caminho de meu aprendizado.

Primeiramente agradeço a minha mãe Edileusa da Rocha Souza que não mediu esforços para me manter firme nos estudos e que sempre se preocupava comigo.

Ao meu pai Raimundo dos Santos, que sempre deu muita força para que eu continuasse estudando, sempre trabalhando muito para manter nossa família.

Aos meus irmãos, Edineu de Sousa, Ivanildo de Sousa e Aquilene de Sousa, que diligentemente me substituíram no trabalho para que fosse possível eu estudar.

A minha noiva Jannine Gomes que foi o meu braço forte, e auxiliadora durante toda fase dos meus estudos, graças a seu incentivo pude chegar até aqui.

Aos Assurini que muito bem nos receberam, possibilitando a realização das pesquisas.

Ao cacique Poraké Assurini, por ter nos recebido tão bem na aldeia e não ter medido esforços para nos ajudar.

Ao cacique Sakamiramé Assurini, por ter auxiliado e permitido a realização da pesquisa na sua residência.

Aos indígenas, Waremoa Assurini, Salatay Assurini, Kamuy Assurini, Tapú Assurini, gente boa, por terem sido muito receptivos com todos nós durante as atividades de pesquisas.

A enfermeira da reserva, Aline Alves, por sua disposição e prestatividade, que foram cruciais para realização das entrevistas.

Ao professor indígena Toriaiwa Assurini e sua família, por terem sido tão prestativos na realização das entrevistas.

Ao indígena HENONEWARA ASSURINI, que possibilitou uma entrevista espetacular sobre sua história, eternizando neste trabalho e na memória do seu povo, o relato e a liderança daquele que vai na frente, como muito bem sugere seu nome.

A meu Professor Doutor Carlos Leandro, que de maneira brilhante e criativa, fez-me compreender inúmeros conceitos complexos que abrangiam nossa disciplina, além da sua amizade e respeito.

A meu Professor Doutor Augusto Leal, que me ensinou a importância dos estudos aprofundados.

A minha amada professora e orientadora Doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto, que mostrou durante nossa convivência a paixão pela sua profissão, o respeito e amor pelo aluno. Além de ser uma grande incentivadora dos estudos e pesquisas. A esta refiro-me, como uma Grande mãe guerreira.

A todos os Indígenas Assurini, pela boa recepção e comodidade proporcionada no espaço da aldeia Assurini do Trocará.

A todos os professores que fizeram parte do meu processo de Aprendizado, o me muito obrigado.

Aos meus amigos de graduação, Raniel Marques e Fátima Nunes, por sua significativa amizade que jamais será esquecida.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
CAPITULO I	
IDENTIDADE INDÍGENA.....	11
1. Questões Referentes à Identidade Indígena.....	12
2. Política Indigenista e identidade.....	19
3. Os povos indígenas Assurini do Trocará.....	23
CAPITULO II	
MUDANÇA ALIMENTAR.....	26
1. A importância da alimentação para sobrevivência dos seres vivos.....	27
2. Sal, o Sabor da Terra e o Seu Uso	29
3. Os alimentos das Américas.....	31
4. Alimentação, Cultura e Religião.....	32
CAPITULO III	
HISTÓRIA, COSTUMES E MUDANÇA ALIMENTAR DOS INDÍGENAS ASSURINÍ DA RESERVA TROCARÁ.....	34
1. A Alimentação e as Práticas Sócio Culturais na Aldeia Assurini do Trocará.....	35
2. A utilização do sal entre os Assurini.....	48
3. Come o que tem.....	49
4. A televisão e o consumo de alimentos industrializados.....	56
5. Transformações e adaptações.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA.....	61
1. Fontes Oraís.....	61
2. Fontes Imagéticas.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	62

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho de conclusão de curso levou em consideração o período de 1990 a 2010, pois foi no início de 1990, que o Governo Federal criou algumas leis para melhor cuidar da saúde e alimentação indígena do Brasil. A pesquisa teve como objetivo verificar as mudanças e a forma de alimentação dos índios Assurini da Reserva Trocará do município de Tucuruí entre 1990 á 2010. Neste sentido, se fez importante saber de que forma os Assurini obtém seus alimentos, visando observar quais foram às mudanças ocorridas no processo de obtenção de alimentos, no intuito de analisar se a mudança alimentar ocorridas na Reserva Trocará, após a criação do Estatuto do Índio e das leis de 1990 á 2010, destinada ao melhoramento da saúde e alimentação desse povo, trouxeram algum impacto na saúde e vida social dos habitantes da Reserva indígena Trocará. Além de observar se os alimentos consumidos diariamente pelos Assurini exerceram alguma influência sobre os costumes e a saúde desse povo.

A opção por esse trabalho ocorreu devido à possibilidade de realizar as pesquisas na região na Aldeia Indígena Trocará. No entanto, a maior motivação está sobre os atuais estudos realizados sobre os Assurini, destinados a sua cultura, a sua religiosidade, a sua educação e forma de vida. Este povo do norte do país apresenta muitas características peculiares desta região, que acabam despertando interesses a seu respeito, instigando novos estudos.

É bem verdade que além destes aspectos, ainda existe outro motivo muito importante, a paixão pela temática indígena desenvolvida durante a realização de minha graduação. Não se trata apenas de um mero gosto formal, mais principalmente de uma alta identificação com a história e realidade dos povos indígenas brasileiros.

Alimentação indígena no Brasil é um caso de saúde publica, haja vista ao grande índice de desnutrição e contaminação alimentícia que ocasionam inúmeras doenças entre os povos indígenas de todo país. Através desta pesquisa, além de fazer uma análise sobre os impactos sofridos pela ação do não indígena sobre a forma de alimentação dos Assurini da Reserva Trocará, também tem como meta analisar a alimentação como, influência social, cultural e religiosa, ou seja, a importância para a sociedade indígena da reserva Trocará.

Para a realização da pesquisa torna-se necessário e primordial dialogar com diversas leituras de pesquisadores que tratam sobre a temática indigenista, entre este estão, DA MATTA (1978), LARAIA (1972), ANDRADE (1992), ARNAUD (1989), ALMEIDA (2003), PROCÓPIO, (2012), CARNEIRO (2003), CUNHA (2012), CASCUDO (1983),

PINTO (2012), SILVA (2013) e outros como Stuart Hall (2003), especialista na área de ciência social, cujo estudo possibilitou as discussões sobre identidade cultural. Além de fontes documentais escritas, imagéticas e orais, mediante relatos orais e histórias de vida, que foram coletados através de entrevistas realizadas na aldeia Assurini, com adultos, crianças e idosos.

O presente estudo está constituído de três capítulos. O primeiro, *Identidade Indígena*, trata-se de questões referente à identidade cultural do indígena brasileiro nas últimas décadas, a relação dessa identidade com as questões indigenistas no Brasil, e breve histórico dos indígenas Assurini. O segundo capítulo, *Mudança Alimentar* evidencia que a alimentação para o ser humano há muito tempo é muito mais do que uma mera necessidade biológica, também denota que as transformações ocorridas na alimentação da humanidade nos últimos séculos repercute a necessidade de sobrevivência.

O capítulo, *História, Costumes e Mudança Alimentar dos Indígenas Assurini da Reserva Trocará* discorre acerca de transformações ocorridas nos hábitos alimentares dos Assurini, e aponta que essas transformações são em parte, consequência das adaptações de sobrevivência dos Assurini, como também resultado de novos conhecimentos adquiridos pelos mesmos.

A pesquisa constatou que alimentação ocupa uma posição importante na vida social da reserva Trocará, exercendo sobre os Assurini uma influência que repercute não somente na vida familiar, mas também na religião, educação e principalmente sobre a cultura deste povo.

CAPITULO I
IDENTIDADE INDÍGENA

1. QUESTÕES REFERENTES À IDENTIDADE INDÍGENA

A história do Brasil como nação ainda é bastante atual em relações aos outros países da Europa. Não faz muito tempo que o país alcançou sua independência, e somente depois de trezentos anos esse fato ocorreu. A história do Brasil começa em 1140, ou seja, começa juntamente com a história de Portugal, pois acreditava que o Brasil nada mais era do que uma continuação do império português (ALMEIDA, 2003).

No entanto, o território brasileiro da colonização não possuía a formação territorial que tem hoje. Deste ponto de vista, ALMEIDA sugere que a história indígena, assume no mundo a fora uma interpretação eurocêntrica no que diz respeito à identificação dos povos indígenas (ALMEIDA, 2003).

No Brasil e no mundo a questão da identidade é perceptível em todos os setores sociais e para os indígenas brasileiros esta questão é de primordial importância para a sobrevivência de seus costumes e crenças (CUNHA 2012).

Segundo Melatti, geneticamente boa parte da população deste país, apresentam características negras ou indígenas. Entre tanto, este fato não pode servir como base de identificação sobre as questões de identidade. As questões da identidade indígena estão muito além da compreensão genética, como também das terminologias ou nomenclaturas destas sociedades brasileiras. Essa nomenclatura de “índios” atribuída aos nativos da terra pelos colonizadores do século XIV era e ainda são simplesmente formas pejorativas de se identificar essas sociedades que nem mesmo compartilham harmoniosamente desta nomenclatura. Mesmo com linguagem, aspectos físicos e tradições diferentes o termo índio sintetizava para os colonizadores, as diversas etnias do continente americano, como se todas representassem um mesmo povo (MELATTI, 2007).

“Entre tanto, com este termo - índio - os conquistadores rotulavam as populações mais diversas, desde o norte até o sul do continente americano. Tais populações diferiam das outras tanto no aspecto físico como nas suas tradições... Nada, pois, havia de comum entre as populações americanas que justificasse serem denominados por um único termo, índios, a não ser o fato de não serem europeus” (MELATTI, 2007).

As diversidades étnicas existentes no Brasil declaram descaradamente a cada brasileiro que não somos frutos de um único povo, mas que nossa genética em sua maioria está associada aos antigos donos da terra. Os povos indígenas apresentam diversas etnias e culturas, das mais variadas possíveis que estão em constante interação e mudança. Chamar todos os indígenas de índio é tirar deles sua identificação quanto sujeito transformador de seu próprio tempo e espaço (CUNHA, 2012).

Existem muitas maneiras de estudar os indígenas, a pesquisas em comunidades é uma delas, mas para estudar estes povos, primeiro precisa-se compreender de que maneira a sociedade ou o indivíduo o define na categoria indígena (CUNHA, 2012).

Para a Autora Ana Piñon, precisa-se tratar essa questão com um olhar antropológico. Essa visão não se resumiria apenas aos indígenas, mas a todos os grupos humanos particulares (FUNARI, 2011).

O primeiro passo, para conhecer e aprender sobre uma determinada população ou comunidade seria participar do cotidiano desta população, participar do dia a dia desta comunidade, afim de na convivência perceber e aprender sobre seus costumes, cultura e religião (FUNARI, 2011).

Na concepção de Funari, para fazer parte de uma comunidade indígena requer de início o aprendizado da linguagem, pois a língua não apenas transpassa informações da oralidade, mais principalmente transcreve aos interlocutores conteúdos culturais indispensáveis para a cultura e os costumes. (FUNARI, 2011). A nossa cultura pode ser uma barreira para convivermos harmoniosamente entre esses povos, pois teríamos dificuldades de abrir mão do que julgamos ser certo ou errado (FUNARI, 2011).

Desta forma, no final do século XX, após os primeiros contatos com os indígenas Assurini, alguns pesquisadores conviveram por um pequeno período de tempo com este povo. O diálogo inicialmente promovido pelo extinto SPI - Sistema de Proteção ao Índio possibilitou o início de muitas pesquisas importantes que ajudaram o Brasil e mundo a conhecerem um pouco mais sobre a vida cultural e social dos Assurini.

Muitas são as questões que envolvem a ideia de identidade, entre as principais destaca-se a identificação do indígena quanto sujeito de sua classe. Na América, existem muitos critérios para se distinguir os indígenas dos não indígenas. Esses critérios representam o racial, o legal, o cultural, o de desenvolvimento econômico e o de auto-identificação étnica. Neste ponto cabe ressaltar, os que geram mais tensões entre os críticos (MELATTI, 2007).

O critério racial leva em consideração as diferentes características físicas dos indígenas para seus colonizadores. No entanto, esse critério é criticado por Melatti por se desequilibrar em meio às inúmeras misturais que ocorreu entre as etnias indígenas que existiam na América antes mesmo da chegada dos colonizadores e por se tratar apenas de uma definição de caráter biológico ela não especifica todas as questões de identificação. O critério legal definiria o indígena, todo aquele que correspondesse às características por leis estipuladas, algo muito inconsistente do ponto de vista sócio cultural. Já o critério cultural para identificação dos indígenas é um tanto deficiente e inviável nos dias de hoje, pois o conceito de cultura utilizado para estas formas de identificação são antiquados e já ultrapassados, haja vista que seus alicerces estão basicamente apoiados simplesmente em conjunto de traços sociais, que determinaria quem é ou quem não é indígena (MELATTI, 2007).

Essa questão é um tanto curiosa, pois no mundo de hoje, antigas tradições e costumes, sinalizam o dinamismo cultural que se encontram as sociedades contemporâneas. “Portanto, o critério cultural, da maneira como foi proposto, é insuficiente para identificar o índio” (MELATTI, 2007).

O ultimo critério um pouco mais razoável viabiliza a questão da auto identificação étnica da parte do próprio indígena, o mesmo precisa se auto- identificar como sujeito pertencente a uma determinada etnia. No entanto, apenas a auto-identificação não explicaria esse critério, seria necessário também que o individuo seja reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana, ou seja, além de se considerar indígena, o índio precisa ser considerado pela população que os cerca, como tal (MELATTI, 2007).

No mundo contemporâneo de hoje, a aplicação dessas ideias não é tão simples, haja vista, aos inúmeros choques culturais que existem entre a cultura indígena e a cultura não indígena. Isso não é resultado de um processo de aculturação, afinal de contas esse termo já está entrando em desuso, devido às interpretações errôneas que o mesmo sugere. Trata-se então, de uma dinâmica evolução cultural proposto pelos encontros das culturas de ambos os povos (MELATTI, 2007).

Neste contexto, é interessante mencionar o trabalho de Stuart Hall, “*A identidade Cultural na Pós Modernidade*”, que possibilita discussões importantes sobre o dinamismo cultural e seus efeitos sobre o sujeito (HALL, 2003).

O primeiro ponto a ser destacado por Stuart Hall refere-se aos conceitos de identidade propostos. Para este autor, identidade é um termo muito complexo que engloba características peculiares de uma determinada cultura sobre um determinado sujeito. Estas identidades estão sendo passando por um processo de fragmentação, que descentraliza o próprio sujeito em

questão. As mudanças estruturais que ocorrem na sociedade segundo Hall, são responsáveis por essa descentralização de identidade (HALL, 2003).

Como cientista social, Stuart Hall faz breves interpretações do sujeito, caracterizando os seguintes tipos de identidade. Inicialmente, propõe a ideia do sujeito do iluminismo, que se baseia em uma ideia da pessoa humana como centro. Este centro consistia num núcleo interior, onde o eu e sua identidade tornavam-se o centro essencial de uma pessoa. O sujeito sociológico valorizava sua existência, mas não abria mão das inter-relações com as pessoas consideradas importantes para o mesmo. Para o sujeito sociológico a interação com a sociedade é o elo que caracteriza esta concepção de identidade. Por último e não menos importante está o sujeito pós-moderno que segundo o autor é aquele que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, pois segundo ele o próprio processo de identificação, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2003).

“A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada um das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente” (Hall, 2003).

A ideia de múltiplas identidades depositadas sobre um único sujeito levantam duas questões. Primeiro as variações culturais provocadas pelas relações de sujeitos distintos e o segundo, a possibilidade do dinamismo cultural entre esses sujeitos. Talvez mais do que inúmeras identidades depositadas sobre um único portador, desenvolve-se a possibilidade de sujeito absorver outras culturas sem perder as suas (HALL, 2003).

No caso dos indígenas pré-colombianos, para sobreviverem e resistirem aos seus colonizadores eles aprenderam as culturas europeias sem abandonar sua identidade essencialmente indígena (ALMEIDA, 2003).

É evidente que as transformações, seja social ou cultural, tenham influenciado algumas mudanças culturais das civilizações de todo o globo. A revolução industrial, e com ela os impressionantes efeitos da globalização, de certa forma colaboraram e colaboram para que essas mudanças aconteçam de forma simultânea nas regiões ditas globalizadas ou conectadas. No entanto, os efeitos da globalização causam grandes impactos sobre a identidade cultural, pois as sociedades globalizadas sempre estão em constante mudança, o que gera possibilidades constantes de transformações (HALL, 2003).

As sociedades modernas não possuem identidades fixas, pois estas mudanças provocadas pela globalização desarticulam as noções de tempo e espaço, tornando as identidades segundo o autor, sem continuidade, haja vista as múltiplas culturas existentes. Desta forma considera-se o sujeito moderno como um sujeito sem identidade fixa ou estável, logo o mesmo estaria propenso a qualquer tipo de mudança ou perda de identidade (HALL, 2003).

Levando em consideração as argumentações de HALL, sobre as descontinuidades do sujeito, e de suas tendenciosas mudanças no espaço social que segundo este autor provocaria uma perda de identidade, podemos levar em consideração o povo Assurini do Trocará, que por muito tempo viveu como etnia isolada no meio da Amazônia. Porém após o processo de contato promovido pelo *Sistema de Proteção ao Índio*, muita coisa mudou. As mudanças que ocorrerão no estilo de vida desse povo certamente foram provocadas pelas relações que estes estabeleceram com os não indígenas.

No entanto, jamais estas mudanças ao longo de mais de sessenta anos provocaram a extinção destes povos, como se apregoava no século passado. Pelo contrário essas mudanças e adaptações possibilitaram um aumento populacional dos Assurini, como também a difusão da sua cultura entre os mais novos. Os intelectuais do final do século XX acreditavam que os indígenas brasileiros em um determinado tempo deixariam de existir (ALMEIDA, 2003).

“Até os anos de 1970 do século XX, no entanto, a perspectiva pessimista do inevitável desaparecimento dos índios predominava entre os intelectuais brasileiros, incluindo os mais dedicados defensores de seus direitos. Ainda que denunciando violências e lutando por legislações favoráveis aos índios, intelectuais, indigenistas e missionários buscava *grosso modo*, apenas retardar um processo visto por eles como irreversível. Os índios não resta dúvida iriam desaparecer” (ALMEIDA, 2003).

Essas ideias que erroneamente preveram a extinção das culturas indígenas foram por muitos tempos alimentados entre os intelectuais brasileiros do século passado. O agente motivador dessas ideias debruçava-se pelo fato das relações que os indígenas tinham com outras sociedades. Acreditava-se a princípio que estas relações não seriam harmoniosas, pois os indígenas não passavam segundo eles de meros assimiladores das culturas ditas dominantes. Neste contexto, as relações estabelecidas entre os indígenas e as sociedades que

os cercavam não passavam apenas de relações de dominação que desencadeariam como passar do tempo um processo de aculturação (ALMEIDA, 2003).

Tais preocupações demonstradas no final século XX assinalam claramente que o conceito de identidade absorvido pela sociedade, identificava a cultura como pura e imutável, o que impossibilitava uma visão do futuro mais positiva. A permanência das sociedades indígenas e a existência dos aspectos culturais dessas etnias denotam e, claro, evidenciam que as mudanças culturais e transformações sociais não são prerrogativas de esquecimento ou perda (ALMEIDA, 2003).

Todas as conjunções que possibilitaram a permanência da sociedade indígena Assurini, são resultados da evolução cultural vivida pelos mesmos. Por muito tempo imaginou-se que a ideia de identidade fosse algo único, evidente e imutável (MELATTI, 2007).

“Nessa perspectiva, ser índio é ser diferente de qualquer outra coisa, algo transcendente, que não muda nunca. Se não for assim à pessoa ou grupo já não é mais índio”(FUNARI, 2011).

Para muitos pesquisadores esses debates em torno do real sentido que as identidades possuem na sociedade, ainda estão longe de terminar. Diferente da ideia de uma identidade destinada à fragmentação, o dinamismo cultural promovido pelas sociedades não viabiliza de forma alguma uma perda de identidade do sujeito. Este dinamismo cultural é resultado das inter-relações sociais, e de forma alguma, descaracteriza e nem provoca aculturação de um determinado indivíduo (CUNHA, 2012).

Conforme afirma Hall, a ideia do sujeito está sempre em constante mudança e as alterações significativas deste indivíduo, não podem comprometer sua auto identificação ou mesmo as percepções externas quanto a sua identidade. Mesmo que o sujeito possua identidade conflitante, tal característica não determina o fim de sua compreensão social, haja vista que são exatamente inquietações que impulsionam esse mesmo sujeito durante a sua existência (HALL, 2003).

“As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2003).

Não se pode negar que algumas das discussões levantadas por Stuart Hall, apresentam coerência na sociedade contemporânea, principalmente quando este autor refere ao declínio dessas identidades, não há como separar o verbo do sujeito, por suas ações seja ela manifesta ou não, declaram e demonstram quais ideias e conceitos são seguidos por um determinado sujeito (HALL, 2003).

As sociedades indígenas brasileiras, entre elas o povo Assurini da reserva Trocará, demonstram interesses na compreensão de funcionamento do sistema estado, que no século passado, talvez não fosse compreendido como um ato de sobrevivência. Outras opções culturais ou mesmo religiosas, adaptações geográficas e hábitos alimentares semelhantes aos dos não indígenas, talvez confundissem os pensadores e intelectuais de outrora. A grande questão não é que eles deixaram de ser indígenas, mais que os mesmos estão se adaptando para sobreviver (ALMEIDA, 2003).

“Por ora, importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos” (ALMEIDA, 2003).

A luta pela vida não é mérito somente dos povos indígenas do Brasil e do mundo, mais também dos negros, dos pardos, dos amarelos, dos brancos, ricos e pobres. Portanto, mesmo que estas identidades estejam se adaptando ao meio e não sucumbindo a ele, estas ainda continuaram existindo, pois todas tem uma ação em comum, sobreviver (ALMEIDA, 2003).

Adaptação no sentido coletivo ou mesmo individual significa ajustar-se aos meios, onde determinado sujeito foi submetido ou incentivado a ficar. Embora este termo não expressa a linguagem mais apropriada, as realidades do multiculturalismo e identidades dos brasileiros. Sabe-se de passagem, que esta pode expressar de forma simples, a ideia inicial destas questões de sobrevivência (ALMEIDA, 2003).

2. POLÍTICA INDIGENISTA E IDENTIDADE

Para começar o debate e relacioná-lo com a realidade dos povos indígenas brasileiros, se faz necessário, analisar os primórdios das leis indigenistas no Brasil e, por conseguinte adentrar nas questões de aplicabilidade destas leis ante a realidade dos dias de hoje.

Não é difícil imaginar que em muitos casos existe um ar de desumanidade para com a relação entre estado e sociedade brasileira. Mesmo que as leis deste país sejam consideradas internacionalmente uma das melhores do mundo, sua população ainda está muito distante de usufruir das realidades propostas por todas elas (CUNHA, 2012).

A questão não seria apenas de improbidade administrativa, mais existem múltiplos fatores que transformam uma das legislações mais criteriosas do mundo em algo mesquinho e barato. Além da falta de capacidade administrativa de alguns setores políticos, também existe a corrupção e esta última ainda é um enorme problema, que existe entre a nação brasileira (CUNHA, 2012).

Vale ressaltar, que nem sempre foi assim, nem sempre as crianças das escolas deixaram de merendar, pela falta de merenda que não podiam ser distribuídas por causa das enormes burocracias. A verdade é que a legislação e as formas de se governar o país retratam minimamente a cultura desenvolvida por este povo (CUNHA, 2012).

Todo cidadão considerado brasileiro, tem direitos aos elementos básicos para sua sobrevivência, uma boa alimentação, uma boa moradia, uma educação eficaz e auxílio médico, tudo isso garantido pela legislação (CUNHA, 2012).

Neste contexto, podem-se discutir as questões indigenistas no Brasil, tendo com fonte desta discussão o trabalho de Manuela Carneiro da Cunha “Índios no Brasil, história, direitos e cidadania”. Esta autora aborda na obra em questão, que no século XIX entrou em discussão no Brasil, a humanidade dos índios. Eram eles seres humanos ou outros seres de animais? Muitas divergências existiram neste período a esse respeito, no entanto, externamente os líderes brasileiros os consideravam humanos. Embora, fossem vistos como humanos recaia sobre eles, estereótipos e termos pejorativos, que nada mais faziam do que classificá-los como bestializados, desprovidos de inteligência e condenados ou destinados a degenerar os lugares por eles habitados. (CUNHA, 2012).

Neste contexto, sendo Cunha, os indígenas do século XIX, eram vistos como mortais tristes e desastrosos. O discurso do senador Dantas de Barros Leite, exemplifica bem, esta triste realidade:

“No reino animal, há raças perdidas; parece que a raça índia, por um efeito de sua organização física, não podendo progredir no meio da civilização, está condenada a esse fatal desfecho. Há animais que só podem viver e produzir no meio de trevas; e Se os levam para a presença da luz, ou morrem ou desaparecem. Da mesma sorte, entre as diversas raças humanas, o índio parece ter uma organização incompatível com a civilização” (CUNHA, 2012 apud. VARNHAGEM 1867:55-6).

Segundo as análises de Cunha, no século XIX os indígenas foram subdivididos em “bravos”, “domésticos” ou “mansos”, caracterizando as terminologias das ideias impregnadas neste século, sobre a animalidade dos índios brasileiros (CUNHA, 2012). Em meio a essas discussões esta mesma autora assinala a importância das configurações que constituíam as leis indigenistas nesse período. Para carneiro, este momento, embora com tantas arestas do cientificismo do lado de fora da política, o momento foi um dos melhores para os indígenas brasileiros (CUNHA, 2012).

As políticas indigenistas do século XIX, eram basicamente entrelaçadas com a questão subsidiária de terras e correspondiam a necessidades ditas como urgentes de civilizar estes povos brasileiros. Embora, toda essa questão compreendia o século XIX, na primeira legislação brasileira, nem um sinal aparecia sobre direitos dos indígenas. Só com o passar do tempo, apoiado inicialmente de José Bonifácio e que algumas destas propostas de leis começam a serem criticamente analisadas (CUNHA, 2012).

Acreditavam que as terras, em 1850, pertenciam unicamente aos índios, os índios eram os legítimos senhores das terras que ainda lhes restavam (CUNHA, 2012). É claro, que neste período, e não diferente dos dias de hoje, ouve uma frenética crítica ao ideário de José Bonifácio. Um dos maiores argumentos no final do império, que rebatiam a ideia de posse da terra, por parte dos indígenas brasileiros era de um deputado, que dizia:

“Uma aldeia de duzentos a trezentos índios uma vez se achava a vinte léguas acima e daí a poucos dias, vinte léguas mais abaixo; chamar-se-ão estes homens errantes, proprietários de tais terrenos? poderá dizer que eles têm adquirido direito de propriedade? Por que razão não se aldeiam fixamente

como nós? Eu quisera que se mostrasse a vista testamentária, pela qual nosso pai Adão, lhes deixou aqueles terrenos em exclusiva propriedade”(Annaes do Parlamento Brasileiro, Assembleia Geral Legislativa, Câmara dos Deputados, 1826, tomo terceiro, Rio de Janeiro, Typ, do Imperial Instituto Artístico, 1874 Apud CUNHA, 2012 Apud, p.189).

Refletindo as indagações apresentadas por esse deputado, no período de 1850, pergunta-se, se as ideias de gênero ainda continuam entre a política indigenista brasileira? Embora, tenham ocorrido muitas melhorias das políticas indígenas no país, infelizmente alguns partidos conservadores e também republicanos, demonstram no Congresso Nacional, as divergências e deformidades que existem, nas distribuições de terra indígena no Brasil (CUNHA, 2003).

Outro problema, não menos impactantes que se assemelha aos ditos “aldeamentos” dos séculos outrora, são os isolamentos geográficos destes povos. Infelizmente muitos intelectuais brasileiros ainda alimentam talvez de forma subliminar as concepções de animalidade e degeneração genética da raça indígena que hoje são consideradas, concepções ultrapassadas, mas parece que ainda em uso (CUNHA, 2012).

Os indígenas no Brasil e no mundo, por decorrência da globalização e seus efeitos negativos, não podem e não devem mais viver isoladamente nas florestas. As inúmeras doenças adquiridas após o contato com o não indígena, o desmatamento, as queimadas, a escassez da caça e da pesca, promovido pelos mesmos, dificulta a realidade de algumas etnias indígenas do Brasil (CUNHA, 2012).

Verificam-se nas últimas três décadas que o índice de mortalidade infantil e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), tiveram significativas melhorias. No entanto, estas conquistas não refletem somente o poder de decisão dos não indígenas, mas principalmente demonstram a participação destes povos, nos movimentos sociais, na luta política, na promoção de greves e às vezes até luta armada (CUNHA, 2012).

Mesmo com as percepções aguçadas na compreensão da influência das suas lutas, junto aos órgãos do estado, os indígenas brasileiros compreendem que somente isso não é suficiente, por isso algumas etnias tem utilizado a influência da mídia ou feito alianças com líderes locais para que de alguma forma seu engajamento produza resultado (CUNHA, 2012).

Como citado anteriormente, convém mais uma vez destacar que as políticas indigenistas no Brasil, podem ser consideradas de capacidade regular. Porém, ainda existe uma grande

desigualdade relacionada ao que está na lei e o real. A aplicabilidade de muitas destas leis, geram conflitos de interesses, que podem ser de uma área regional ou mesmo federal.

Existem muitas terras consideradas improdutivas no país, e reforma agrária no Brasil é um caso sério, não por falta de terra, mas pelos conflitos de interesses que circundam muitas das desapropriações (CUNHA, 2012).

Entre 1990 a 2010, algumas leis e decretos foram sancionados no Brasil, visando melhorias nos quadros de alimentação e saúde dos povos indígenas, antes da promulgação destas leis, as questões indigenistas eram um tanto desprezadas ou mal analisadas pelo estado brasileiro.

Os índices de desnutrição, doenças sexualmente transmitidas, analfabetismo, violência no campo, e alcoolismo, eram preocupantes. As leis e decretos que propunham um acompanhamento dos indígenas brasileiros eram as seguintes:

1. LEIS DESTINADAS PARA MELHORIA NA ALIMENTAÇÃO:

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.

DECRETO Nº 3.156, DE 27 DE AGOSTO DE 1999.

DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996

2. LEIS DESTINADAS PARA MELHORIA DA SAÚDE INDÍGENA

DECRETO Nº 7.336, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010

DECRETO Nº 3.156, DE 27 DE AGOSTO DE 1999

No dia 19 de outubro de 2010, a então Presidente da República eleita Dilma Rousseff aprovou o Decreto nº7.336, que estrutura regimentalmente e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Saúde e cria a *Secretaria Especial de Saúde Indígena* o “SESI” (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA-EXECUTIVA. COORDENAÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO GERENCIAL).

A criação do *Sistema de Saúde Indígena* trouxe melhorias significativas para os povos indígenas brasileiros. Cada município ou região que abrange determinados povos indígenas são comissionados pelo Governo Federal, para auxiliarem estes povos, fornecendo profissionais de saúde nas aldeias (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA-EXECUTIVA. COORDENAÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO GERENCIAL).

Não se pode negar, que muitas melhorias aconteceram entre os povos indígenas, após a promulgação destas leis no Brasil. Embora, muitas mudanças tenham ocorrido, compreende-se que muitas outras ainda precisam acontecer. Essas mudanças, não serão realizadas por acaso, cabe à sociedade brasileira e a seus representantes determinarem, as próximas prioridades a serem alcançadas, e como sugerir não é pecado, seria interessante, se começar a pensar no desenvolvimento de políticas públicas, dentro das reservas indígenas (CUNHA, 2012).

3. OS POVOS INDÍGENAS ASSURINI DO TROCARÁ

Para focar a história dos Assurini da reserva Trocará é primordial utilizar-se dos estudos promovidos pelos pesquisadores ANDRADE (1985), BARROS (2009) e SILVA (2009), devido aos significativos trabalhos desenvolvidos por estes junto à comunidade Assurini.

Os primeiros contatos com os Assurini são relatados por Laraia e Da Mata, os quais especificam que as investidas de pacificação devam-se no século XX. De acordo com esses os autores a construção da estrada de Ferro do Tocantins, foi responsável pelo início do processo de pacificação com o então denominado AKUAWA- ASSURINI. A construção da estrada de ferro, para escoação da castanha e do caucho, possibilitou mata adentro, contatos tanto com os Assurini quanto os Parakanãs (LARAIA,1967).

A partir de 1928, inúmeros conflitos aconteceram entre os índios Assurini e os moradores locais, das margens direitas do rio Tocantins. Esses conflitos entre os não indígenas duraram aproximadamente até março de 1953, quando segundo os autores, os Assurini chegaram ao posto de pacificação em número de 190 índios, sendo reduzido esse número para 140, por influência da gripe e disenteria (ANDRADE, 1985).

Atualmente os Assurini residem na reserva Trocará, a aproximadamente 24 quilômetros da cidade de Tucuruí-Pa, na BR 422. O espaço da reserva compreende 21.722 hectares, com uma população de mais de 700 indígenas. As casas da aldeia são divididas em blocos e dentro da reserva existe uma escola “indígena”, a WARARAAWA ASSURINI (pena de Arara), um posto básico de saúde, com atendimento básico, um espaço cultural. “Centro Cultural Tapykawa Assurini”, um campo de futebol e duas casas da FUNAI, que ficam um pouco mais afastadas da aldeia e uma igreja evangélica.

A vida na aldeia é de certa forma tranquila, a convivência entre os integrantes da reserva apresenta estrito respeito entre os indígenas, caciques e liderança em geral. Toda decisão que envolve a reserva ou seus moradores, requer de imediato reuniões, que implicam nas decisões a serem tomadas. As participações dos líderes e dos representantes de cada uma das aldeias demonstram a existência de democracia na reserva.

A reserva Assurini sofre alguns problemas ambientais, provocados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí na década de 70, quando o Brasil ainda vivia sobre o regime militar. A construção da UHE de Tucuruí trouxe enormes danos à biodiversidade das regiões, suas localidades e também para a reserva Trocará. Os danos provocados pela UHE de Tucuruí são incalculáveis, pois até os dias de hoje, não é possível, numerar e medir as consequências provocadas pela mesma.

A ausência de estudos mais aprofundados, sobre os impactos das inundações causadas pelo bloqueio do leito do rio Tocantins e a urgente ordem de progresso, proposto pelos governos militares, foram decisivos, para a degradação do meio ambiente. Os impactos da construção da UHE de Tucuruí foram também de proporções inter-regionais, provocando os deslocamentos de inúmeras famílias de áreas inundadas e de leitos do rio Tocantins. Entre os Assurini os impactos ocasionados pela construção da UHE de Tucuruí, também foram muitos significativos.

“A TI. Trocará está encravada na região do projeto Grande Carajás, que abrange o estado do Maranhão e partes do Pará e Tocantins. este imenso programa de exploração Minero-metalúrgica, que vem acompanhado de uma série de obras de infraestrutura, como a (UHE de Tucuruí e a ferrovia que liga a Serra dos Carajás a São Luis), vem provocando mudanças radicais em toda a estrutura socioeconômica da região habitada pelos Assurini” (ANDRADE, 1985).

Para autora os impactos da UHE de Tucuruí, sobre os Assurini são considerados indiretos, pois, as águas não inundaram a área da reserva e houve alterações na estrutura socioeconômica da região. A construção da UHE de Tucuruí incentivou o crescimento populacional na região, o que depois de certo tempo provocou alguns problemas entre os Assurini da reserva Trocará, fazendeiros e moradores locais. “Por outro lado, a mata da aldeia Trocará, atraí vários caçadores que invadem constantemente o território indígena” (ANDRADE, 1985).

Conflitos entre indígenas e moradores regionais, são considerados comuns no Brasil, geralmente eles acontecem devido às invasões de terras indígenas, que podem ir desde a caça

e pesca ilegal, até o desmatamento não autorizado pelos povos indígenas. A realidade Assurini é um pouco conturbada, conflitos com caçadores e madeireiros ilegais acontecem também na região da reserva. O que gera certo desconforto local entre os regionais e os moradores da reserva Trocará (ANDRADE, 1985).

Os Assurini são caçadores natos, e necessitam da mata para perpetuarem suas tradições. Os animais preferidos na atividade da caça são os mamíferos, como, Anta, Porcão, Veado, Paca, Tatu, Cotia e as aves, como, Tucano, Mutum e Nambu. Tanto a caça como a pesca, sofreram significativas mudanças, na realidade dos povos da reserva, tais transformações foram provocadas, pelo desmatamento local construção da UHE de Tucuruí, e desequilíbrio ecológico (ANDRADE, 1985).

As mudanças ecológicas fatalmente provocaram alterações no comportamento alimentar dos indígenas Assurini, que na escassez da caça e da pesca, viram-se forçados a aumentarem o consumo de alimentos industrializados, tornando-se mais dependentes desses alimentos quanto da própria natureza.

CAPITULO II

MUDANÇA ALIMENTAR ENTRE OS INDÍGENAS

1. A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA SOBREVIVÊNCIA DOS SERES VIVOS

Desde os primórdios da humanidade a alimentação tem desempenhado junto com outros elementos naturais uma importante posição na manutenção da vida na terra. Seja os cereais, legumes, frutas, verduras e carnes. Os alimentos constituem partes inseparáveis, das etapas de sobrevivências das humanidades e dos seres vivos. “A alimentação é, após a respiração e a ingestão de água, a mais básica das necessidades humanas” (CARNEIRO, 2003).

A alimentação como afirma o autor, é uma das mais básicas necessidades da humanidade, e esta necessidade é insubstituível, pois, algumas vitaminas, carboidratos e proteínas, só podem ser obtidos no consumo de determinados alimentos, cuja fonte de energia é primordial para a manutenção da vida (CARNEIRO, 2003).

Alguns termos bastante distintos em seus significados, no entanto, próximos em sua relação é a alimentação, a fome e a abundância. Alguns momentos da história da humanidade, o homem teve que aprender a sobreviver, as condições climáticas, que muitas vezes destruíram plantações e arrasaram a biodiversidade, os ciclos tropicais, inundações colossais, explosões vulcânicas, terremotos, pragas e outros elementos naturais, foram determinantes na mudança dos hábitos alimentares da humanidade (CARNEIRO, 2003).

Antes das questões que influenciaram as mudanças na alimentação, precisa-se compreender o significado da palavra fome:

“Fome não é apenas a sensação universal que todos possuímos antes de comer, melhor chamada apetite, mas o estado crônico de carências nutricionais, que podem levar à morte por inanição ou às doenças da desnutrição” (CARNEIRO, 2003).

A fome expressa no corpo humano um alarmante sinal de debilidade e carência de se ingerir determinados alimentos. Desde muito tempo, a fome tem assolado a humanidade e mesmo com tanto avanço tecnológico, ainda existem no mundo mais de um bilhão de pessoas que passam fome. Conforme analisa Carneiro, a alimentação é a luta contra a fome. “Neste sentido, a história da alimentação é a história da luta contra a fome. A história da fome é interligada com a história da abundância” (CARNEIRO, 2003).

A abundância de alimentos na sociedade contemporânea é resultado das mudanças ocorridas na alimentação. Para sobreviver, o homem precisou evoluir no que diz respeito ao consumo, suprir o aumento populacional e a grande demanda por alimentos, mais baratos e nutritivos, foi o resultado dos avanços tecnológicos na agricultura. O melhoramento genético das sementes possibilitou a raça humana uma melhora tão significativa dos alimentos que se imaginava que a fome não mais existiria (CARNEIRO, 2003).

O aumento nos padrões de consumo alimentar foram consequências diretas do crescimento demográfico que impulsionaram uma melhoria nos padrões de vida da raça humana. No entanto, essas evoluções ocorridas na produção alimentícia, impulsionaram entre as populações urbanas um consumo exacerbado de alguns alimentos, ocasionando ao inverso da fome a obesidade e doenças causadas pela superabundância. Segundo Carneiro, o auto consumo e a ausência de um rígido controle alimentar, desenvolveram como consequência do novo hábito, doenças e enfermidades relacionadas à alimentação, como é o caso da obesidade, do colesterol elevado ou da diabetes contemporânea” (CARNEIRO,2003).

Carneiro ressalta que mais de um terço da população global está de certa forma contaminada com bactérias e doenças causadas por hábitos alimentares indisciplinados. Metade da população mundial lida com o problema obesidade. As mudanças ocorridas nos últimos dois séculos, são reflexos dos avanços tecnológicos e do aumento do conhecimento científico, que possibilitou inúmeros progressos nessa área (CARNEIRO, 2003).

Os hábitos alimentares da contemporaneidade são bem diferentes, quando comparados com os hábitos do início da revolução industrial, tanto a primeira quanto a segunda, foram determinantes nas transformações alimentares da população da Europa e alguns anos depois também no mundo. Tais revoluções, nos sistemas de produção e os inúmeros avanços tecnológicos, criaram no final do século XIX, uma nova configuração de países avançados denominados como países globalizados (CARNEIRO, 2003).

Desta forma, as influências da globalização precederam os limites de espaço e tempo, provocando transformações significativas nas populações consideradas globais. Não há dúvidas, que o progresso incentivou o consumo de determinados alimentos, as viagens mais rápidas e com maior capacidade de cargas, possibilitaram o consumo de alimentos cultivados em outros continentes (CARNEIRO, 2003).

2. SAL, O SABOR DA TERRA E O SEU USO

O consumo do sal na atualidade é de caráter global, sua importância na culinária sobrepõe-se a qualquer outro condimento. O sal foi tão importante no passado, que ganhou dois escritores da Bíblia, em especial do Novo Testamento um importante papel de destaque quanto ao seu significado.

“Vós sois o sal da terra; ora, se o sal vier a ser insípido, como lhe restaurar o sabor? Para nada mais presta senão para ser lançado fora, e ser pisado pelos homens” (Mateus 5:13. Bíblia Sagrada, versão: João Ferreira de Almeida, Sociedade Bíblica do Brasil, 1988; 1993).

Neste contexto, o sal foi utilizado como figura de linguagem para especificar ao leitor, a importância do sabor para a sociedade do contexto bíblico. A utilização do sal é tão antiga, quanto o próprio império romano. Mas foi na Europa que este produto ganhou valorização, tornando-se moeda de troca entre muitos povos (CARNEIRO, 2003).

Os ingleses por mais de dois séculos, dominaram a exportação desta especiaria na Europa. A dominação sobre a Índia foi crucial para a realização deste comércio, pois a Índia era uma grande produtora de sal, sendo que este produto passou a ser monopolizado pelos britânicos (CARNEIRO, 2003).

Na região da América do sul, a utilização do sal, na formatação branca, só passou a ser utilizado com a chegada dos colonizadores amantes dessa especiaria. No entanto, alguns grupos indígenas já utilizavam o sal, encontrados em algumas plantas e raízes. Estas eram queimadas, ressecadas ou cozidas, para que fosse possível extrair o sal. Os indígenas pré-colombianos também se utilizavam destes artifícios, para extrair o sal, só que em escalas maiores. (CARNEIRO, 2003).

A presença dos europeus, nas colônias da América do Sul, foi responsável pelo aumento significativo das exportações e contrabandos deste produto para as colônias. Não se pode descartar que as populações pré-colombianas já eram conhecedoras de inúmeros conhecimentos metodológicos desenvolvidos no próprio continente, seja na criação de animais, seja na agricultura ou mesmo na extração de pedras preciosas estes povos já desenvolviam habilidades de extração natural tão significativa quanto complexa. Assim sendo, não é difícil imaginar que as civilizações astecas e incas já possuíam tecnologia para

produzirem ou extraírem seu próprio sal, e mesmo que essa obtenção ainda não fosse em grande escala, sua produção pôde ser percebida pelos colonizadores europeus. (CARNEIRO, 2003).

3. OS ALIMENTOS DAS AMÉRICAS

Antes mesmo da chegada dos colonizadores, as Américas, esta já cultivava um dos cereais mais importantes do mundo, que até esse momento era um produto cultivado somente, pelos povos pré-colombianos. O milho e a batata, de origem andina eram apenas cultivados na América do Sul. Mas, tornaram-se muito importantes na Europa, após a colonização (CARNEIRO, 2003).

“Além do milho, outra planta americana que tornou-se importante na Europa, foi a batata (*salanum tuberosum*). De origem andina, (cerca de 2000 a.c.), antes da colonização restringia-se à América do Sul, não sendo conhecida sequer no México” (CARNEIRO, 2003).

Percebe-se, portanto, que além do milho e da batata, os povos indígenas da América do Sul, cultivavam a mandioca, uma raiz comestível com 99,9% de aproveitamento do alimento. As variedades de batatas e mandiocas ultrapassam das mais de 250 qualidades de batata e mais de 20 tipos de mandiocas conhecidas hoje. Isso explicaria como cerca de 100 milhões de habitantes sobreviviam com basicamente, as batatas, as mandiocas e o milho (CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, assim como a batata e a mandioca, a plantação do milho era bastante rentável, pois se plantava pouco e colhia-se muito, sendo que este processo não exigia tanto tempo dos povos pré-colombianos, que por sua vez, disponibilizavam de tempo para construir suas incríveis obras arquitetônicas (CARNEIRO, 2003).

Percebendo a importância desses produtos, os colonizadores logo começaram a levar para a Europa, amostras significativas, de milho, batata e mandioca, que seriam utilizados para o plantio, tornando estes produtos em poucos anos indispensáveis para os europeus.

4. ALIMENTAÇÃO, CULTURAS E RELIGIÃO

Os alimentos em algumas culturas transcendem o mero significado biológico, e podem ser utilizados para distinguir, povos, tradições e rituais religiosos. Para os judeus, os alimentos considerados imundos pela Bíblia podem servir, além de critérios de saúde, também como critérios de distinção entre outras culturas e religião (CARNEIRO, 2003).

“As regras alimentares judaicas, já foram interpretadas como um recurso de distinção cultural, destinado a manter o povo judeu separado dos demais através da exigência de que os animais a serem comidos fossem apenas aqueles que respeitassem o lugar que lhes foi Fixado no plano da Criação” (Carneiro, 2003).

Por traz destes significados estão os sacrifícios, que se configuram compensadores, quando compreendidos como obrigatório para o preenchimento dos requisitos de identificação. Para tanto:

“A alimentação assume a função de distinguir religiosamente os povos para os quais a dieta torna-se um assunto mais transcendente do que mera satisfação do estômago” (CARNEIRO, 2003).

Entre os indígenas Assurini a alimentação permeia os rituais culturais e religiosos, por exemplo, na festa do mingau, uma feste ligada ao ciclo da coleta dos frutos da floresta e do plantio da mandioca, onde as mulheres reproduzem de forma ritualizada os seus afazeres diários, oferecendo o que produzem aos homens. Por ocasião desta festa, elas servem o mingau primeiro aos seus maridos e só depois elas e as crianças se servem (ANDRADE, 1992). Na do Jacaré, festa de iniciação a pajé dos Assurini, um elo destes com mundo sobrenatural acontecem rituais de dança, incorporação e preparação e divisão da alimentação (PINTO e PROCOPIO, 2013). Nesta festa os indígenas do sexo masculino, capturam o Jacaré, amarrando-os vivos e durante o ritual à noite, dançam com esse réptil sobre a costa, demonstrando coragem, que pode ser absorvida, após a dança, segundo o ritual dos Assurini

(ANDRADE, 1985). A carne do jacaré é distribuída entre os participantes desse ritual, as mulheres só comem dessa carne quando os seus maridos ou pais levam para casa.

Na religião, as regras alimentares desenvolvem um papel de autocontrole, que podem demonstrar força e coragem. Além de uma luta contra a tentação religiosa, a alimentação também pode ser considerada, uma ligação entre o passado tradicional e o presente cultural.

Os hábitos alimentares, sem dúvida, expressam na sua mais simples aplicação, uma herança cultural, que servirá de alimento posterior, a cultura que as empregarem. (CARNEIRO, 2003).

CAPITULO III

HISTÓRIA, COSTUMES E MUDANÇA ALIMENTAR DOS INDÍGENAS ASSURINI DA RESERVA TROCARÁ

1. A ALIMENTAÇÃO E AS PRÁTICAS SÓCIO CULTURAIS NA ALDEIA ASSURINI DO TROCARÁ

Uma das maiores necessidades humana, é o de alimentar-se. Esta necessidade básica, em alguns setores étnicos e culturais da sociedade, está muito além de uma simples configuração biológica. O simples ato de comer, em sua mais fácil compreensão, prefigurara de imediato a necessidade de outras ações que interligadas, convergem para um único propósito: conseguir alimento. Essas ações são determinadas pela forma de trabalho e os meios que cada sociedade ou grupo étnico desenvolveu para chegar a este fim.

No entanto, na sociedade contemporânea em que vivemos tal afirmação não pode ser explicada somente levando em consideração que o trabalho e sua complexidade, poderiam explicar todas as ações culturais relacionadas à alimentação, pois segundo (Henrique CARNEIRO, 2003) “a alimentação é uma luta contra fome”, logo uma necessidade capaz de sobrepor-se sobre qualquer mito, rito ou questão religiosa, pois que tem fome tem pressa. O homem moderno distingue-se do *homo sapiens*, por muitos fatores, entre eles, a busca constante por acúmulo de bens, riqueza e sua procura por status social, que resultam numa corrida desenfreada para o sucesso financeiro, onde o meio ambiente é o fiador (Henrique CARNEIRO, 2003).

Para os povos indígenas Assurini da reserva trocará, a alimentação está interligada com praticamente todos os setores sociais da aldeia. Além de uma necessidade, à alimentação para os Assurini é parte de um emaranhado maior de ritos religiosos e culturais cheios de significado e respeito. O ato de alimentar-se acontece tanto no espaço familiar como nos demais setores da aldeia. No âmbito cultural e religioso, os índios Assurini comemoram muitas festividades, que evidenciam essa ideia, entre as quais podem - se destacar: a festa do milho, do peixe, do jacaré, do najá, do mingau, da taboca e da caça, todas bem representadas por alimentos regionais cultivados ou extraídos da própria reserva.

Na festa do Jacaré o índio do sexo masculino, após capturar o animal e no ritual dançar com ele sobre suas costas, e depois assá-lo e comê-lo, sugere que o alimento ganha uma importância muito além da nutricional, atribuindo naquele momento, valores e significados cosmológicos de cunho religioso e cultural, onde o índio, segundo o ritual, torna-se mais forte, o que segundo Carneiro, é explicado pela transição do valor biológico para o valor cultural. (CARNEIRO, 2003)

“A alimentação assume a função de distinguir religiosamente os povos para os quais a dieta torna-se um assunto muito mais transcendente do que a mera satisfação do estômago” (CARNEIRO, 2003).

Os indígenas do Brasil do início do século XX, ainda não haviam desenvolvido o hábito de estocar em grande escala alimentos de gêneros cárneo somente como princípio primário, para suprimento de suas necessidades futuras. Haja vista, que este comportamento não era sua característica, pois para os mesmos, a alimentação e suas implicações derivavam de suas necessidades diárias. Só era retirado da natureza o correspondente a sua necessidade biológica ou cultural. Quando uma caça, por exemplo, era abatida pelos índios Assurini, e por não fazerem o uso do sal como o conhecemos hoje, a conservação segundo o relato do Cacique Puraké Assurini, acontecia pelo método de muquear à caça, ou seja, assá-lo.

“Agora agente não usa sal, cebola, o alho, era só comida comum mesmo. Era só água. Agente cozinhava com água né e sal e comia. Agora pra muquea também fazia, matava Anta né, e muqueava tudinho, agora o que agente nu deixava falhar o fogo em baixo, todo tempo o fogo. E ai, ia só comendo, era muito pessoa e acabava mais ligeiro 4 a 5 dias aguentava uma anta né. Mas se fosse 2, 3 pessoas ai aguentava muito tempo, 8 a 10 dias de comida, de anta né” (Fala de Puraké Assurini, 67 anos, uma das lideranças do povo Assurini Trocará).

Quando o cacique Puraké Assurini utiliza o advérbio de tempo: agora, percebe-se que o mesmo se remete ao passado. Os relatos do cacique Poraquê Assurini demonstra que ainda não existia uma preocupação por parte dos índios Assurini com a estocagem dos alimentos de gênero cárneo para longo tempo, a não ser de conservação para que o mesmo fosse bem aproveitado até o seu fim. A ausência deste comportamento até aqui neste ponto considerado moderno entre os índios Assurini do final do século XX, pode ser explicada por alguns fatores básicos: costumes, religiosidade, necessidade e a ausência do sal.

O primeiro fator está relacionado com o comportamento cultural de cada sociedade ou etnia, o que gera algumas inquietações sobre como se dava a vida dos índios Assurini entre 1990 a 2010. Será que seus costumes e hábitos alimentares sofreram alguma alteração, se houve, quais foram os motivos que os levaram para essa direção? É possível que as mudanças na alimentação e na sua forma de obtenção, desencadeiem entre os índios Assurini a “perca”

de alguns elementos culturais importantes? A globalização tem precipitado a perda ou a diminuição de algumas atividades importantes na comunidade? Essas questões, a partir deste ponto, delinearão as argumentações que se seguirão, mostrando em primeira estância que tais fatores não descaracterizam culturalmente os índios Assurini.



Imagem 01: Indígena Assurini, cortando lenha para cozinhar sua alimentação Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2013

A questão cultural em qualquer sociedade ou grupo étnico estabelece um ponto de ligação crucial entre o comportamento do indivíduo e o espaço onde ele habita. Suas manifestações e atitudes são delineadas, pela influência do espaço que o cerca, e por sua compreensão de si mesmo, como ele o sujeito, se identifica com esse espaço.

Para melhor, compreender esse elo, entre os indígenas e o espaço que ele habita, se faz necessário segundo Carneiro da Cunha, compreendermos a importância da Terra para os povos indígenas (CUNHA, 2012).

Para os indígenas do Brasil a terra sempre teve um significado especial, possuí-la, dominá-la, dizer que uma terra era sua atribuía a qualquer etnia significados além do conceito de posse. A terra traz consigo importantes entendimentos, como: segurança, continuidade, religiosidade e sobrevivência (CUNHA, 2012).

A cultura por si só, não pode desvencilhar-se de seu espaço de origem. Para tanto, ela precisa do homem, em quanto agente transformador de seu próprio espaço, para alterar ou dinamizar os hábitos e costumes que os norteiam. Esta alteração, não se trata aqui, de perda de identidade, pois, segundo Carneiro da Cunha, não existe perda de identidade, o fato de os indígenas se relacionarem com outras culturas não indígenas, não significa que eles serão aculturados a sua cultura será extinta ou esquecida pelos mesmos. De acordo com esta autora, a questão cultural, não é algo pronto e acabado, trata-se do oposto disso, pois, as questões culturais estão sempre em constante transformação, ou seja, apresentam-se aos grupos étnicos e culturais sempre de uma forma dinâmica (CUNHA, 2012).

Neste sentido, não é difícil imaginar que algumas mudanças nas experiências de vida, transformações sociais ou mesmo geográficas que ocorreram ou podem ocorrer entre os povos indígenas e vividas pelos mesmos em um espaço de terra entendido por eles, como seu, “estabeleça” ou provoque ao ocupante desse espaço, uma correlação e afinidade, que supervalorize ou dê significação aos envolvidos em questão, ao meio que o sustem (CUNHA, 2012).

Segundo Carneiro, imaginar a terra e suas vertentes como elementos colaboradores diretos na manutenção dos costumes culturais de uma determinada sociedade ou etnia, é com certeza, uma demonstração do valor e da importância de um determinado espaço para o indivíduo. O espaço geográfico dispõe-se de elementos que em determinado período, ganham ou perdem valores ou atribuições, que em primeira análise simplesmente podem ser explicadas, devido às experiências neles vividas. Sobre isso, a autora Carneiro da Cunha, faz uma pequena afirmação seguida de um relato, onde demonstra que a terra para os indígenas brasileiros é um ponto de ligação entre ele e sua memória (CUNHA, 2012).

“(…) contrariamente ao que se maliciosamente apregoa, os índios, errantes ou não, conservam a memória e o apego a seus territórios tradicionais: em 1878, no Paraná, os índios de Garapuava, para espanto do governo central, recusam-se a aceitar as terras que se lhes quer dar e pretendem recuperar as suas, ocupadas por duas fazendas (17/5/1878)” (Relato citado por Cunha, CUNHA, 2012).

Partindo desse prisma, como não pensar que os deslocamentos geográficos das muitas etnias indígenas do Brasil e de seus espaços de origem habituais, promovidos pelo governo brasileiro antes mesmo de sua independência, e nos eventos posteriores, não trouxeram transformações, ou alterações aos estilos de vida e continuidade dos costumes desses povos. É importante analisar, que tais mudanças culturais não foram promovidas somente por alterações geográficas ou influenciada por ela, mas também devem ser observadas sobre outro viés, como, por exemplo, a relação dos indígenas com a globalização e os efeitos dessa relação na vida dos mesmos (CUNHA, 2012).

Hoje no Brasil, os indígenas não possuem de fato as terras ditas como suas. Embora, pareça ser uma grande contradição, esta afirmação retrata a realidade vivenciada não só pelos Assurini, mais também por todos os indígenas deste país. Segundo Carneiro, os indígenas brasileiros no século XIX e XX não passavam de meros povoadores das terras deste imenso Brasil. Infelizmente, pouca mudança houve nas leis brasileiras sobre esse assunto, pois as terras, indígenas pertencem a União, que numa eventualidade encontrando riquezas na terra, podem por lei destituir as mesmas de seus proprietários (CARNEIRO, 2003).

Ao tratar-se de globalização na vida dos indígenas brasileiros, tenta-se esclarecer que a impregnação deste conceito entre os povos indígenas tem significado um pouco mais a verso aos interesses dos não indígenas ditos globalizados. Para os últimos o próprio conceito de globalização além de complexo, também é bastante flexível, pois acreditam que ser globalizado nos dias de hoje, significa muito mais, do que está conectado com o mundo e usufruir das coisas que ele oferece (FUNARI, 2011).

Já para os líderes Assurini, globalizar-se com o mundo não é apenas uma mera ação de adquirir objetos, alimentos, ou mesmo remédios de última geração. Para estes, surge notadamente, a compreensão e preocupação de interligarem a reserva com o mundo, para que suas lutas reflitam positivamente nos seus direitos, o que de acordo com Carneiro, tal prática, haja vista a tanto preconceito, já existia entre os indígenas brasileiros desde os primórdios das leis indigenistas no País (ANDRADE, 1985).

Essa interligação ou relação, não se trata de adotar costumes e práticas comuns consideradas globalizadas, embora que às vezes isso ocorra. Mas do que inovação ou política a relação entre os Assurini e a sociedade que com eles se relacionam prefigura-se uma questão de sobrevivência, que envolve saúde, hábitos, alimentação, religiosidade e lazer.

A área de terra “destinada” aos índios Assurini da reserva Trocará, compreende hoje, seiscentos hectares de terra, onde existem cerca de quatro aldeias (e uma ainda em formação), devidamente distribuídas da seguinte forma: Aldeia Trocará que é a sede da reserva, Aldeia Ororitawa, Aldeia Oimotawara, Aldeia Cachoeira e a Aldeia Piquiá que ainda está em formação. De acordo com um dos caciques dos Assurini, os indígenas estão aguardando a abertura do ramal para levar infraestrutura para o local. As casas que estão sendo construídas na aldeia denominada como Piquiá, segundo o cacique Puraké, visam de imediato dar abrigo para os indígenas casados, que ainda moram com seus pais, como também para os que não têm casa de alvenaria. Essa falta de casas tem ocasionado lotação nas casas dos índios da reserva. Muitas destas casas foram construídas nas décadas de oitenta e noventa, quando ainda os seus moradores não correspondiam aos números de mais de setecentos índios residentes na reserva hoje.

Os indígenas Assurini, segundo o cacique Puraké, na sua terra de origem possuíam espaços específicos onde eles gostavam de estar, não se tratavam de locais fixos, mas pertencentes à mesma região. Os indígenas Assurini, ainda lembram das terras pertencentes ao município do Pacajá, onde tinham suas casas eram bem diferentes das que hoje eles habitam.

“E muito, mudou tudo né. Nós morava no mato, nós só comia comida lá no mato, peixe, porco, anta, viado, jabuti, jacaré, esse tipo de comida. (...) Oitenta pra cá mudou muito, oitenta pra cá mudou muito, cresceu pessoa, nós crescemos e hoje agente toma medicamento” (Fala de Puraké Assurini, 67 anos, uma das lideranças do povo Assurini Trocará).

A realidade dos Assurini, relatada pelo cacique Puraké, nos requisitos, habitação, alimentação e saúde sofreram segundo o ponto de vista do cacique, grandes transformações desde o êxodo do Pacajá até seu estabelecimento na área onde hoje é a reserva Trocará.

O êxodo dos Assurini para região do Trocará, foi motivado por dois fatores principais. O Primeiro foi o início da construção da Estrada de Ferro Tocantins iniciada nos anos 20 para o escoamento da Castanha do Pará, esse fator acabou ocasionando durante sua construção em 1945 e até 1949, alguns conflitos muito sérios entre trabalhadores da ferrovia, moradores locais e indígenas Assurini. O segundo fator que levou os Assurini a migrarem da região do Pacajá onde eram residentes para a localidade do Trocará, foram os constantes conflitos com

os indígenas Parakanã, que por sua vez ameaçavam a sobrevivência dos Assurini. Desta forma segundo a autora, as circunstâncias incentivaram os Assurini a estabelecer contato com o “SPI” Serviço de Proteção aos Índios, na região do Trocará em Março de 1953 (ANDRADE, 1985).

Essas mudanças que ocorreram entre a sua infância e os dias de hoje relatada pelo cacique Puraké e pelos demais indígenas mais velhos da Aldeia Trocará, demonstram a importância e a significação que o cacique atribuiu ao seu passado. Embora, pareça um relato saudosista, o mesmo não descreve apenas a importância de um passado remoto, mas, simplifica o sentimento e afeição que os indígenas possuem para com a natureza que fez, e por em quanto, pelo menos no contexto dos Assurini, ainda faz parte de sua história.

Longe da realidade que um dia fez parte da vida de alguns dos moradores mais velhos da reserva, os Assurini hoje são acomodados em casas de alvenaria, que geralmente desagradam a maioria dos indígenas, que demonstram insatisfação pelo tamanho e comodidade oferecidos por essas moradias, o que pode ser percebido na singela frase de um dos líderes da aldeia, segundo o qual essas casas são: “casa pra dois andar” (fala de Oliveira Assurini, um dos líderes da reserva Trocará). Ou seja, Oliveira faz uma crítica ao tamanho reduzido das casas, cujos interiores só podem andar duas pessoas, uma que vai e outra que vem.

É possível que, tenha ocorrido por parte do governo federal, ou do órgão responsável pelo planejamento civil dessas casas, certa negligência, sobre os modelos e parâmetros de construção dessas moradias que perceptivelmente estão desconectas com os costumes dos indígenas Assurini e os espaços onde foram construídas.

No espaço da aldeia trocará, por exemplo, a maior parte das casas foi construída em espaços descampados, apresentando no seu interior, abafamento e escuridão, algo com que eles ainda não se acostumaram. A maioria das casas apresentava uma construção de madeira coberta de palha acoplada às estruturas de alvenaria, essas áreas são mais ventiladas onde a propósito, muito deles se concentram nos horários de muito calor.

É possível inferir que, o passado relatado pelo cacique Puraké Assurini destaca certo grau de relevância com sua antiga vida no Pacajá, e que as mudanças ocorridas não caracteriza para os indígenas, sinal significativo de melhora ou de bem estar. É importante destacar, que o relato do cacique Puraké retrata diretamente a discussão acerca das mudanças culturais, promovidas por elementos até então considerados periféricos na transformação dos

costumes de uma determinada etnia, neste caso mudanças nas moradias, influenciam diretamente na saúde e posteriormente na alimentação.

As casas são pequenas, escuras e superlotadas, o que desencadeiam uma série de problemas, como: doenças causadas por bactérias que se proliferam na ausência da luz, conflitos ocasionados por falta de espaço e escassez de alimento, promovido por muitos fatores incluído à lotação dessas moradias.



Imagem 02: Casas da Aldeia Indígena Assurini do Trocará. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2013

O segundo fator, pode ser explicado por duas ideias. Primeiro a não necessidade de os Assurini estocarem alimento. Talvez, mais do que a ausência desta necessidade, seja as prioridades determinadas pelos Assurini e os indígenas do Brasil, suas prioridades de alimentação eram realizadas segundoss suas necessidades diárias, não havia neste contexto porque estocar alimento, por tanto tempo, haja vista que a natureza de certa forma oferecia a estes povos o que precisavam.

Por conseguinte, deve-se entender que esta necessidade não era totalmente nula, pois em muitos casos, havia a preocupação de consumir em um determinado tempo os alimentos, a fim de aproveitá-lo o máximo possível. O sal realizaria esta função de conservação duradora, no entanto, tal condimento não fazia parte da gastronomia Assurini, desta forma eles assavam bem os alimentos para prolongarem sua conservação.

Os indígenas Assurini, assim como os demais do Brasil, aprenderam a sobreviver na floresta com o que a terra oferecia. A obtenção dos alimentos, remédio e moradia, tudo era fornecido pela natureza e neste espaço, a vida dos povos indígenas acontecia, criou-se um laço forte de dependência entre os indígenas para com o que a terra lhes oferecia. As refeições, além de diárias eram planejadas e homogêneas as suas necessidades, eles comiam o que caçavam, como animais da floresta, peixes, frutas, e outros. Como apenas retiravam da natureza o que ela oferecia para cada um, existia um grande respeito entre os indígenas e o meio ambiente, pois compreendiam que a mesma desempenhava um papel importante em sua sobrevivência.

Tendo como base o relato do cacique Puraké, é possível perceber que os Assurini eram totalmente dependentes da natureza na qual viviam, seja para caçar, morar, obter remédios ou mesmos para suas festividades culturais. A natureza era a doadora de todos esses elementos, desta forma, é viável imaginar pelo menos no final do século XX no Brasil, que alguns povos indígenas incluindo os agora denominados de Assurini, dependiam quase que exclusivamente do que a natureza lhes oferecia. A ajuda de não índios para complementar sua alimentação era quase nulo, devido entre outros fatores ao isolamento geográficos que existia entre ambos.

No final do século XX no Brasil, segundo Carneiro, muitas políticas indigenistas estavam sendo organizadas para estes povos. Políticas essas que trouxeram inúmeras discussões sobre o destino das áreas florestais destinadas aos indígenas brasileiros. No entanto, tais políticas, ainda hoje se demonstram confusas e porque não dizer arbitrárias as necessidades orçamentárias da união, pois ainda que os índios sejam os responsáveis pela terra onde vivem, ainda que sejam os “donos” de sua terra, o governo federal, argumenta que a terra a estes pertence em quanto, o mesmo governo federal não tiver necessidade dela (CARNEIRO, 2003).

Neste contexto, deve-se perceber que as leis indigenistas no Brasil, mesmos depois de tantas discussões e debates, elas ainda em sua maioria continuam somente no papel. Em 1990 quando foram promulgadas as leis que visavam melhorar a vida dos povos indígenas do Brasil, pensou-se de imediato melhorar as condições de saúde e alimentação destes povos.

Embora, tenha existido uma significativa melhora da natalidade entre os indígenas brasileiros até o presente momento, outros problemas considerados basicamente políticos interferem diretamente na relação entre o indígena e o estado (CUNHA, 2012).

Com o aumento populacional da cidade de Tucuruí, principalmente com a construção da Usina Hidro Elétrica (UHE) e os enormes impactos que sua construção trouxeram para natureza e, por conseguinte para vida dos que dependiam dela, fica notório como citado anteriormente que a UHE de Tucuruí, trouxe muitos danos a reserva indígena Trocará, e juntamente com fazendeiros, moradores locais ou mesmo caçadores e pescadores clandestinos, o problemas na reserva tem se agravado significativamente em relação de dependência destes povos com a natureza.

A construção da Usina Hidro Elétrica de Tucuruí sem duvida nenhuma, trouxe aos moradores da região do baixo tocantins, infinidades de problemas ambientais. Para os Assurini não foi muito diferente, sabe-se que a implantação da UHE de Tucuruí, aumentou consideravelmente o numero populacional e o tamanho da cidade que, por conseguinte, trouxeram consigo problemas urbanos e sociais.

Os alimentos do gênero carne, neste caso a caça, a pesca, além os de origem vegetal, ao decorrer do tempo se o processo civilizacional não for melhorado e as políticas públicas não passarem por melhorias significativas e igualitárias, certamente não só os indígenas Assurini, mas todos os povos indígenas do Brasil serão dependentes diretos dos recursos do governo federal; como bolsa família, bolsa escola, bolsa maternidade e cestas básicas, o que do ponto de vista desenvolverá novos e inúmeros problemas.

Desta forma, interroga-se: até que ponto esses auxílios do governo federal podem ser benéficos na vida social dos Assurini, é possível que estes benefícios de alguma forma desenvolvam problemas futuros nos costumes dos moradores da reserva indígena Trocará? De fato, hoje os Assurini, assim também como os não indígenas, recebem alguns auxílios do governo federal para complementarem a renda familiar ou em muitos casos ser o único ganho da família durante o ano. Esses auxílios, quando foram planejados pelo governo federal visavam em seu plano inicial ser um subsídio que colaborasse na manutenção da família brasileira de baixa renda, porém em alguns casos esses auxílios tão bem recebidos, acabaram de certa forma acomodando algumas famílias e as desestimulando a procura por trabalhos mas rentáveis. No espaço da aldeia indígena Assurini estes benefícios também se fazem presente, mas como na cidade, esses benefícios têm ocasionado diversos problemas que a principio ainda devem ser analisados.

No entanto, o que era para se tornar apenas um complemento na renda das famílias Assurini, tornou-se quase que exclusivamente a única fonte de renda. Alguns indígenas segundo o cacique Puraké estão deixando suas atividades de caça, pesca e plantio de roça, confiando unicamente à obtenção de sua subsistência ao que este recebe no final de cada mês. Conforme afirma Puraké Assurini, já houve na aldeia a doação de cestas básicas para complementar a alimentação tirada da mata, mas alguns indígenas começaram a deixar de trabalhar dependendo somente das cestas, o que levou as lideranças indígenas proibir a doação de cestas básicas dentro da aldeia.

“(…) pra ajudar mais o pessoal inventa pra trazer comida pra cá e aí que num vai mesmo, tendo comida por aí, aí que num vai procurar. Eles recebe bolsa escola, e bolsa família e fica mesmo é” (Fala de Puraké Assurini, 67 anos, uma das lideranças do povo Assurini Trocará).

A preocupação destas lideranças, como é caso do cacique Puraké, é legítima. Entende-se que esta preocupação é cautelosa, pois se os Assurini dependerem somente do que vem de fora, deixarão com o tempo, de praticar muitas de suas atividades costumeiras, como a caça a pesca e outras atividades que fazem parte de seus costumes, o que a posterior deixaria a comunidade indígena Assurini totalmente dependente de não indígenas. Por outro lado, nem todas as famílias, tem os recursos de forma satisfatórias, o que, os deixa receptivos para receber doações de cestas básicas.

A sociedade não indígena raramente atribui valores aos alimentos, se não os de caráter biológico, o que poderia em sua simplicidade explicar a importância da alimentação em quanto “combustível para máquina humana”. Para os indígenas Assurini, a alimentação ainda compreende um emaranhado de ritos e costumes cheios de importância, pois não se trata somente de comer, existe por trás desta ação, um simbólico e complexo sistema que antecede e se perpetua após o ato de comer, pois tudo o que é pensado, organizado, e de certa forma estruturado quando se trata de alimentação, deve ser visto de forma homogênea ao meio religioso e cultural.

Pode-se perceber, que no espaço da Aldeia Trocará o alimento é muito mais que uma simples comida, seu simbolismo ecoa sobre a comunidade, sobre os mais velhos, onde se transmite a outros, o conhecimento do que a natureza oferece. E entre os mais jovens, inicia-se um tímido descobrimento do desconhecido, comer ou não comer.

Tendo em vista o papel simbólico dos alimentos e todas as estruturas que se interligam a eles, compreende-se a preocupação do cacique Puraké com as doações de cestas básicas,

ofertadas de forma deliberada na aldeia. Haja vista, que os costumes de caça, de pesca, e do plantio das roças é claramente perceptível no espaço da reserva, e tais ações ameaçam a continuidade desses costumes entre os mais jovens.

Analisando tanto as doações de cestas básicas relatadas pelo cacique, quanto os próprios benefícios que as famílias indígenas recebem do governo federal, seria conveniente por um momento imaginar que tais auxílios desarticulam de alguma forma alguns setores sociais e estruturais dos costumes dos indígenas Assurini.

A obtenção do alimento é uma etapa muito importante na vida social dos indígenas Assurini, pois tal atividade proporciona na educação das famílias, estágios importantes para a perpetuação dos costumes desta etnia aos mais jovens, por isso esta é uma atividade que não pode ser pulada. É na procura pelos alimentos que os indígenas conhecem a natureza e aprendem a respeitá-la, é caçando, que os indígenas aprendem sobre as entidades religiosas que povoam a floresta, é pescando que eles desenvolvem habilidades e consciência de preservação e sustentabilidade.

A procura por alimentos na natureza entre os Assurini deve ser considerada um dos pilares fundamentais para a manutenção e perpetuidade de alguns dos costumes e crenças destes povos, pois se no passado essa atividade era uma prática habitual e obrigatória para sobrevivência das comunidades indígenas, logo, elas influenciaram na composição de algumas crenças e costumes, que repassados de geração a geração chegaram aos Assurini do século XXI.

A terra e o trabalho ligado a ela tem um grande valor para os indígenas mais velhos da Aldeia Trocará. O cacique Puraké demonstra no seguinte relato, que na sua vivência a terra era muito importante e que a venda de alimento não acontecia, pois não havia necessidade.

“O que, que nós tinha? Nós tinha batata né, nós tinha macaxeira, milho e mandioca pra fazer farinha, só que não tinha porque agente não vendia não fazia nada , só pro consumo mesmo nosso trabalho, nossa vivencia era esse. Fazia roça com todo mundo e aí, e se passava que hoje nós temos preocupação séria com nosso comunidade.” (Fala de Poraquê Assurini, 67 anos, uma das lideranças do povo Assurini Trocará).

A preocupação relatada pelo cacique Puraké, diz respeito ao aumento populacional dos indígenas da reserva Assurini do Trocará. Esse aumento não é resultado somente do nascimento de crianças na reserva, mais também corresponde a algumas famílias indígenas de

outras etnias que foram deslocadas para a reserva pelo governo federal, através da FUNAI. O temor por parte não só do cacique Puraké, mais também, dos demais caciques e das lideranças da reserva, é que em breve o espaço da reserva esteja demasiadamente insuficiente para abrigar pacificamente todas as famílias.

2. A UTILIZAÇÃO DO SAL ENTRE OS ASSURINI

Outro argumento para tentar explicar a ausência do hábito de conservação de alimentos entre os povos indígenas Assurini, seria a não utilização do sal. Sabe-se que o uso do sal é tão antigo quanto sua própria comercialização.

A comercialização do sal de acordo com Carneiro é uma das mais antigas do mundo, pois segundo o autor, o sal é um gênero de primeira necessidade e foi distribuído por toda a Europa e, por conseguinte, passou a ser comercializado pelos países conquistados pela mesma. Em alguns lugares no mundo segundo o autor o sal ganhou valor monetário, cumprindo o papel de moeda em muitas regiões na Europa e no mundo (CARNEIRO, 2003).

Para Carneiro o sal é um produto universal, pois de certa forma faz parte da dieta alimentar de todas as civilizações do planeta, mesmo na antiguidade e nos lugares mais remotos do mundo. Mesmos nas regiões mais remotas do globo civilizações antigas também extraíam o sal a seu próprio modo e adaptações (CARNEIRO, 2003).

“O sal foi o objeto de uma produção localizada em algumas regiões: por evaporação natural nas costas dos litorais quentes (na Europa, no máximo até a Bretanha), por evaporação da água do mar pelo calor do fogo, por extração de jazidas subterrâneas em minas (na Áustria e na Polônia, por exemplo) e por extração de superfícies de salinas em desertos especificamente, no Saara, no mar Morto, nos Estados Unidos, nos planaltos andinos etc.(...) Nas regiões de florestas ou ausentes de comércios de sal utilizam-se cinzas de certos vegetais como fonte alternativa” (CARNEIRO, 2003).

O uso do sal entre os indígenas Assurini, ainda, é recente. Em sua gastronomia os Assurini raramente se utilizam de condimentos como: cebola, alho, vinagre, pimenta do reino, cominho, corante e outros. Para temperar seus alimentos os produtos básicos são água e sal. Para eles, nem sempre o sal, como o conhecemos hoje, fez parte de sua culinária.

Os indígenas Assurini relatam que antes mesmo de se estabelecerem no local onde hoje é a reserva Trocará, não utilizavam o sal branco. Embora existissem outras etnias no Brasil que produziam seu próprio sal, através das plantas que eram queimadas ou secadas ao sol, portanto, esta prática não fazia parte do cotidiano dos Assurini.

3. “COME O QUE TEM!”



Imagem 03: Criança Assurini, comendo manga. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2013.

A inclusão de alimentos conhecidos como globais no cardápio dos indígenas Assurini, de alguma forma refletem sua globalização sobre seus consumidores. Porém, consumir tais produtos considerados mundiais, podem ou tendem a fazer com que o consumidor que antes não o possuía, venha a mudar ou acelerar sua rotina para conseguir determinado produto.

O diálogo a seguir é resultado de uma entrevista com duas indígenas Assurini da reserva Trocará que demonstra de forma simples a presença de alimentos hoje considerados essenciais na maioria das famílias.

1. O que vocês gostam de comer de manhã?

PIRASAROA ASSURINI: __agente gosta de comer café e bolacha, mas quando não tem agente não come nada.

NAYCA ASSURINI: __ agente só bebe café puro mesmo, e bolacha se tiver e pão quando tem dinheiro, quando não tem, só água.

2. O que vocês comem pela tarde?

PIRASAROA ASSURINI: __ come o que tem, se tiver peixe, come peixe, Se tiver Porcão come Porcão, ou mortadela ou não come nada.

NAYCA ASSURINI: __é come o que tem, e come até encher.

3. Vocês usam o que para temperar a comida?

PIRASAROA ASSURINI: __ só sal e água ta bom.

NAYCA ASSURINI: __ é só sal e água.

4. Vocês recebem algum tipo de ajuda do governo?

NAYCA ASSURINI: __ bolsa família...mas acaba rápido o dinheiro.

5. Quais os alimentos que vocês mais compram com o dinheiro?

PIRASAROA ASSURINI: __ café, sal, açúcar e bolacha, pão também.

NAYCA ASSURINI: __ Café e açúcar.

6. A família tem roça, e o que vocês plantam?

PIRASAROA ASSURINI: __ tem sim, lá em casa tem três pessoas, e meu filho que não tem mulher, a roça é da gente, planta banana, planta mamão, planta macaxeira, e depois vende pra comprar peixe e carne .

NAYCA ASSURINI: __tem, tem mamão e macaxeira.

7. Quantas pessoas moram na casa de vocês?

NAYCA ASSURINI: __ treze(13) pessoas e um (1) solteiro.

PIRASAROA ASSURINI: __ três (3) pessoas e um (1) solteiro.

8. Vocês gostam mais de peixe ou mortadela?

PIRASAROA ASSURINI: __ peixe.

NAYCA ASSURINI: __peixe.

9. Vocês gostam mais de peixe ou pipoca e refrigerante?

NAYCA ASSURINI: __os meninos gosta de refrigerante e de peixe, eu de peixe.

PIRASAROA ASSURINI: __ de peixe.

(Entrevista realizada com as indígenas: NAYCA ASSURINI de 37 anos, moradora da aldeia Trocará e PIRASAROA ASSURINI de 50 anos de idade, moradora da aldeia Ororitawa).

A revolução industrial trouxe para o mundo desenvolvimento e modernidade, com estes surge a necessidade de produção e consumo, que passam agora por uma restrita contagem de tempo com a invenção do relógio. Todas as atividades nas cidades neste momento passaram a ser subliminarmente

controladora dos afazeres das sociedades ditas modernas. Com isso, as fabricas de produção industrial começaram a estipular jornadas de trabalho e os horários de almoço, que rapidamente foram recebidos pelas populações que viviam aos redores destas fabricas e cidades.



Imagem 04: Fogão a lenha de uma casa Assurini. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2013.

Para os Assurini, não existe um horário específico para comer, e para dormir. Come-se quando se tem fome. O famoso jejum, o almoço ou mesmo o jantar, são hábitos dos não indígenas, mas que lentamente vem tornando-se comuns na aldeia. Para o jejum a maioria dos Assurini se utilizam do café preto que às vezes é acompanhado, por bolachas ou pães, mas estes alimentos não são obrigatoriamente destinados para o horário da manhã, como também um assado de Porcão, não é ingerido somente no almoço ou no jantar, tendo a possibilidade de serem apreciados mais cedo pela manhã. Segundo a índia PIRASAROA ASSURINI, “*come o que tem, se tiver peixe de manhã come-se peixe*”, o horário é o que menos importa quando se tem fome.



Imagem 05: Crianças Assurini comendo. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2013

Essas mudanças, nem sempre apresentam-se de forma negativa, mas é necessário haver um equilíbrio entre o consumo de um determinado alimento e a maneira de obtê-lo. Outros alimentos que não pertenciam ao cardápio dos Assurini, como cebola, tomate e alho começaram a ser utilizados com mais frequência juntamente com o sal. O relato de um dos caciques da aldeia demonstra um pouco este cenário.

Quando o cacique diz: *“agora agente não usa sal, cebola, o alho, era só comida comum mesmo”*, ele remete-se ao passado, acentuando que antes eles não utilizavam sal, cebola e alho. Não há dúvida que o uso do sal trouxe mudanças na vida e nos costumes dos indígenas Assurini, pois incluir um elemento a mais no cardápio requer adaptações seja desde a preparação de determinado alimento, como também variações de sabor e cheiro. O sal no cardápio, assim como, o açúcar rapidamente ganharam espaço na culinária, tornando-se produto primário e essencial para preparação dos alimentos. A maioria das famílias Assurini quando perguntadas, sobre quais os produtos básicos que não deviam faltar na compra do mês, responderam.

“Aqui agente compra, sal, pão, bolacha, café e açúcar, difícil comprar comida na cidade, mas tem que comprar e agente só tempera a comida com sal mesmo” (Pirasaroa Assurini, 50 anos, pertencente a aldeia Ororitawa).

No entanto, essa introdução, tanto do sal, quanto do açúcar na aldeia Assurini, logo produziram transformações consideráveis entre a população indígena. Muitos indígenas Assurini, principalmente os de mais idade, apresentam hoje quadros de hipertensão e diabetes, doenças que assim como a gripe, além de outras, não faziam parte das enfermidades que assolavam este povo, quando os mesmos ainda moradores das margens do rio Tocantins, ainda estavam no início do contato com a SPI “Sistema de proteção ao índio”.

Os Assurini antes do contato com os não indígenas, de fato adoeciam, mas de acordo com o relato do cacique Puraké, essas doenças eram, febres, causada, por exemplo, pela malária e doenças relacionadas com o consumo de alimentos crus.

“Oitenta pra cá mudou muito, oitenta pra cá mudou muito, cresceu pessoa, nós crescemo e hoje agente toma medicamento, agente toma tudo e ai complicou nossa vida, porque quando nós morava no mato, ninguém nu adoecia não, não tinha gripe, não tinha ré (diarreia), não tinha, não tinha nada. Comida que fazia mal pro pessoa era comida meio cru né. que fazia mal, mas tinha o nosso remédio também , melhorava mas tinha algum que morria, e a febre sempre agente tem, febre, febre mansa que agente chama é não é malária agente curava né. Agente banhava , fazia fogo de baixo da rede, dois três, dias, melhorava passava febre, mas tinha febre que quando pegava, pegava mesmo pra matar. Morreu muita gente cu malária , que chamou agora né. ” (Fala de Puraké Assurini, 67 anos, uma das lideranças do povo Assurini Trocará).

A obtenção desses alimentos primários de fato produziram mudanças, e estas por sua vez, também estão transformando os costumes alimentares dos indígenas Assurini, e estas transformações na alimentação, estão refletindo diretamente, na saúde, hábitos alimentares, vida social e costumes culturais da aldeia. É fato que a sociedades estão em constante transformação, e isso se deve às inter-relações que existem entres as culturais diferentes existente em um determinado espaço.

Hoje como já foi dito, os indígenas Assurini não vivem apenas dos alimentos primários que a natureza oferece, mas visivelmente, eles consomem mais produto industrializado quanto

alimento da reserva. Essa mudança na alimentação é resultado de vários fatores, entre os quais podemos citar a falta de terra, escassez da caça e da pesca, o auxílio do governo federal que de certa forma deixa algumas famílias indígenas Assurini acomodadas, o elemento da novidade e a presença de aparelhos tecnológicos que viciam os mesmos.

Entre essas transformações comportamentais e sociais, na aldeia, pode-se destacar o uso do álcool. Não se sabe de certo, quando este começou a fazer parte da vida de alguns indígenas da reserva, mas sabe que seu consumo trouxe e ainda traz sérios danos e preocupações para aldeia. A bebida mais consumida pelos indígenas Assurini, tanto na cidade quanto na aldeia é uma bebida forte conhecida como *duelo*, que tem teor de álcool de 50% por mililitro de água. A bebida é em sua maioria ingerida mais pelos indígenas do sexo masculino, entre os 13 aos 30 anos de idade, que quando não bebem na cidade, levam escondido para tomar na aldeia, o que segundo a liderança da aldeia é proibido.

Os danos que o consumo de álcool tem trazido para a reserva são preocupantes, pois os mesmos não tinham o costume de beber bebidas tão fortes. Geralmente suas bebidas eram produzidas de frutos da mata como o jenipapo, que era transformado em licor para ser consumido em algumas festas e entre as famílias. O resultado do consumo das bebidas dos não indígenas, por parte dos Assurini são as brigas, desrespeitos e o vício, que por sua vez podem estimular o uso de outros tipos de drogas. A técnica de enfermagem Aline Alves, demonstra claramente que este uso ainda é um problema da reserva, e explica que a solução estaria em desenvolver políticas públicas para solucionar o problema.

“O maior problema da reserva é o álcool, o uso do álcool é constante aqui na aldeia, e se fosse só entre os índios de meia idade seria bom. O maior problema está entre os jovens, pois pra eles isso tudo é novidade, e até crianças de 13 anos, às vezes são encontradas jogadas por ai, depois de beberem. Eu acredito que o problema, não é tanto com os índios, mas sim com a política, pois deveria ter uma política social que ajudasse os índios a não passarem por isso. Antes (início de 2010) quando cheguei aqui, era pior, agora melhorou.” (Aline Alves, Técnica de Enfermagem da aldeia trocará Assurini).

De certa forma, compreende-se que o problema não está somente entre os indígenas, mas talvez na estrutural social que os cerca. As aplicações de políticas públicas sugerida pela Técnica de enfermagem Aline, realmente trariam transformações significativas a esse

respeito? Deve pensar de imediato em soluções que não subjuguem ou interfiram nas principais atividades dentro da reserva. Pois assim como a introdução do consumo do álcool tem sido danoso, o seu combate também pode ainda ser mais negativo se não for feito de uma forma gradativa e adequada.

4. A TELEVISÃO E O CONSUMO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS

Um dos maiores vilões das transformações sociais no globo é a televisão, sua influência em relação as transformações culturais apresentam situações um tanto quanto nociva, pois no mundo globalizado, sua tendência é o do convencimento. Convencer o espectador que o certo e o errado, o bem e o mal, o bom e o ruim, são sempre apresentados claramente por traz da telinha (ARBEX, 2002).

A televisão tem uma influência massiva sobre a sociedade deste século, ela determina as tendências do ano, da moda, do mercado e do consumo. Seu objetivo maior parece ser a descaracterização do individuo em quanto sujeito, para a criação de um “novo homem”, semelhante a todos os outros ditos globalizados. É fato, que este instrumento tecnológico, tem um grande poder de estimular o consumo seja de alimentos a qualquer outro tipo de mercadoria ou filosofia (GARCIA, 1983).



Imagem 06: Crianças Assurini e os biscoitos industrializados. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2013

Na aldeia Assurini, a presença da televisão é notória, e em quase todas as residências ela está presente, cabe em tão perguntar: de que forma este instrumento global, tem influência nas transformações alimentares que vem ocorrendo no espaço da reserva Trocará? De acordo com o relato de Toriaiwa Assurini, que é professor de língua indígena na Aldeia Trocará, a televisão tem desempenhado um papel de dupla face na educação das crianças e na vida cotidiana da aldeia.

A televisão influência muito, é o caso do biscoito, da, é, do, é da, da, do refrigerante, do suco e outras coisas que tem, então isso vai, influenciando, tá sendo influenciado dentro da aldeia ...muitas vezes quando sai , não eu quero comer aquilo. Já o meu (filho) praticamente tudo que passa na televisão chega na cidade ele quer, que aquilo, quer comer aquilo...então ele já, ao mesmo tempo e bom e é ruim, porque a televisão muitas vezes ela, que nós no caso, eu tenho a é, a Claro Tv né, que é assinatura, então eu coloco no canal que é educativo. Então ajuda muito, mais por esse lado ela tá influenciando a criança a comer (Toriaiwa Assurini, professor de língua indígena na Aldeia Trocará).

O relato do indígena Toriaiwa Assurini um dos professores da reserva, demonstra uma preocupação fora do comum entre os membros da aldeia, pois ele nitidamente consegue perceber que a influência da mídia seja televisiva ou radiofônica, produz na posteridade problemas e conflitos étnicos culturais. O fato é que não é somente sobre a alimentação que a televisão tem trazido prejuízos na vida dos indígenas da reserva, pode-se perceber que praticamente em todos os setores estruturais que formam as aldeias, a televisão vem transformando os hábitos culturais comuns deste espaço, trazendo tendências culturais, seja nacional, seja mundial para dentro da reserva Trocará. De acordo com Passawia Assurini, irmã do prof. Toriaiwa Assurini, a televisão tem interferido nos costumes dos antigos,

“Um hum, porque de primeiro eles não era assim, porque eles saia pra pescar, hoje em dia não, ela tá ai assistindo. Então de primeiro quando a televisão não tinha, eles saia pra pescar agente ia lá pra cachoeira, por lá comia no outro dia vinha embora” (Fala de Passawia Assurini, da Aldeia Trocará).

Passawia Assurini conta que seus filhos estão deixando de realizar algumas tarefas domésticas e certas atividades dentro da reserva, como a caça, pesca e a coleta, para assistirem televisão em casa. O fascínio pelas programações televisivas distraem principalmente as crianças e os mais jovens entre 15 a 25 anos, que em algumas situações acabam passando a maior parte do dia dentro de casa.

Desta forma, para competir com os aparelhos televisivos, é necessário que a escola indígena Warara'awa Assurini (Pena de Arara) desenvolva projetos pedagógicos que viabilizem uma conscientização entre as crianças e os pais, sobre a importância de se manter um equilíbrio entre televisão e vida social na aldeia.

5. TRANSFORMAÇÕES E ADAPTAÇÕES

Todas as argumentações sejam deste trabalho, quanto as somas de alguns dos relatos dos indígenas Assurini sobre as transformações ocorridas na alimentação, nos costumes e também nas tradições culturais desta etnia, levantam algumas inquietações que merecem atenção. É possível que essas transformações motivadas pela mudança alimentar produzam perda de identidade entre os indígenas Assurini? De acordo com Stuart Hall, sim. O autor considera que algumas transformações têm motivado a perda de identidade dos sujeitos.

“Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 1992).

Embora, pareça um tanto conveniente imaginar que as transformações geram transformações. No entanto, deve-se também compreender que estas transformações não são prerrogativas de perda de identidade, mas podem significar adaptação. De acordo com

Almeida a cultura e a identidade não são fixas ou imutáveis, ambas se adaptam as transformações de espaço, tornando-se dinâmicas e flexíveis.

“Tal como a cultura, a identidade étnica, também já não é vista como fixa, única e imutável. Ao contrário, é entendida também como construção histórica de caráter plural, dinâmico e flexível” (ALMEIDA, 2003).

Considerando a importância do ponto de vista de Almeida sobre o dinamismo e flexibilidade da cultura e da identidade, pode-se minimamente inferir, que as mudanças ocorridas nos costumes dos Assurini desde o contato com o sistema de proteção ao índio, não descaracterizam os mesmo quanto a sua identificação como sujeito indígena (ALMEIDA, 2003).

Mesmo com inúmeras mudanças acontecendo no espaço da reserva, seja na educação, crença ou mesmo com transformações sociais, os Assurini, ainda, continuaram sendo quem são, em quanto se identificarem como tais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do contato com os Assurini promovido pelo SPI, muitas mudanças já ocorreram na maneira como os indígenas passaram a obter seus alimentos. Quando ainda moravam no território do município do Pacajá a obtenção dos alimentos aconteciam de forma individual, quando destinado a uma única família e de forma coletiva quando destinado aos componentes deste grupo.

Após o contato da SPI, os Assurini, na época moradores das margens do rio Tocantins na mesma área onde hoje é a reserva, incentivados pelo Sistema De Proteção Ao Índio, passaram a cultivar roças de caráter coletivo, distribuindo entre si o que as roças forneciam. Esta distribuição ficava a cargo do líder do grupo, geralmente um cacique, ou um indígena mais experiente.

No contexto, atual as roças ainda existem, mas poucas são coletivas, em sua maioria pertencem às famílias, que comissionam desde pais, filhos até genros para o trabalho no roçado. De acordo com Andrade a relação entre sogro e genros é muito cordial e benéfica para ambos, mesmo havendo a existência de uma hierarquia (ANDRADE, 1985).

“O relacionamento entre sogro e genro costuma ser cordial, mas formal - há uma distancia que marca a hierarquia existente entre ambos. Um genro deve colaborar com seu sogro nas atividades econômicas como, por exemplo, no preparo da roça. É comum também que eles saiam juntos para caçadas mais prolongadas que implicam a dormida na mata por dois dias ou três dias. Vale ressaltar, porém, que não se trata apenas de uma prestação de serviço do genro para o sogro pois, normalmente, eles realizam as atividades conjuntamente. Há uma cooperação que beneficia a ambos. A diferença está no poder de convocação do sogro. Um genro dificilmente recusará a solicitação de seu sogro” (ANDRADE, 1985)

Junto com esta atividade, “agora vista mais como familiar”, soma-se as práticas da caça, pesca, coleta e mais os benefícios de bolsa escola, bolsa família e bolsa maternidade. Com a escassez dos recursos naturais, e os insuficientes auxílios financeiros, os Assurini vêm desenvolvendo, ainda com pouca força, um equilíbrio entre a obtenção de bens não duráveis com os recursos dispostos seja em produtos da reserva, seja em benefícios. Alguns indígenas não esgotam seus recursos financeiros em uma única compra do mês, eles acabam deixando pequenas quantias para aquisição de produtos vendidos dentro da reserva, como: farinha de mandioca, peixes e carnes de caça.

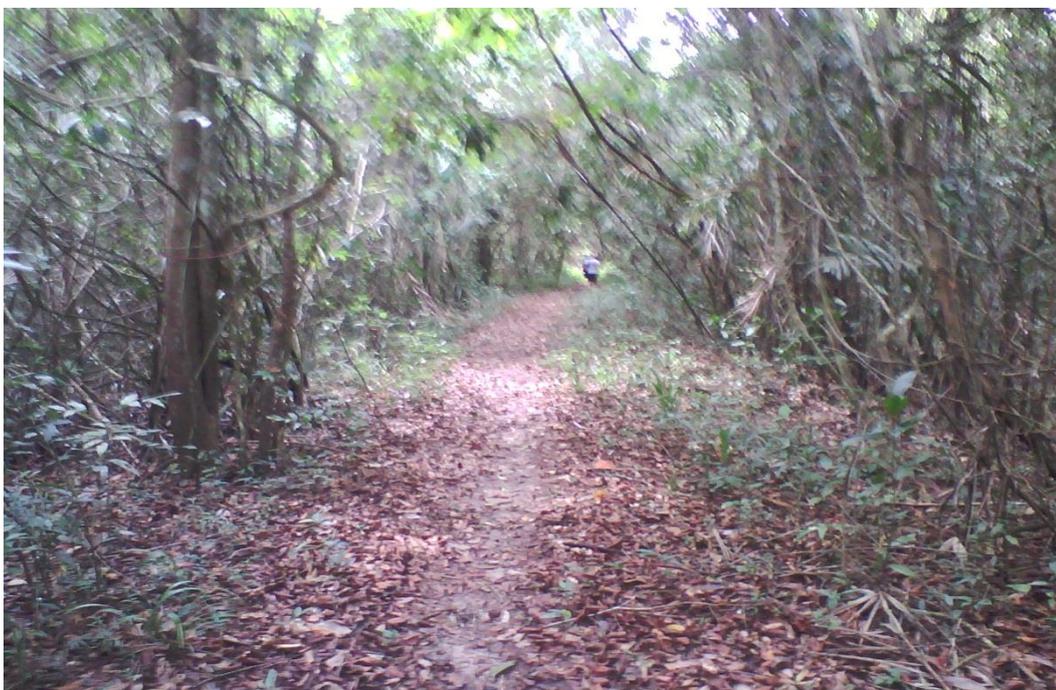


Imagem 07: trilha dentro da reserva indígena Trocará. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2013

Por fim, cabe ressaltar a importância da mata para os povos indígenas Assurini, e as relações que estes possuem com a natureza. Diversos costumes e tradições Assurini, foram passados de geração a geração, por influência direta dos antepassados com a natureza. Assim sendo, todos os hábitos alimentares desenvolvidos no passado pelo povo Assurini, tendem a sofrer transformações, mais nada, além disso, haja vista as adequações que ocorrem socialmente entre esses indivíduos.

Muitos caminhos ainda existem para se percorrer quando o assunto é o povo indígena Assurini, muitas lacunas ainda precisam de resposta, muitas inquietações precisam ser perseguidas, muitas novidades ainda esperam ser encontradas, por isso só é possível afirmar até então, que as mudanças ocorridas na alimentação Assurini, e por sua vez em outros aspectos sociais e culturais desta gente, não o destituíram de sua identidade cultural.

FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA

1. FONTES ORAIS:

As fontes orais foram de grande importância, pois me permitiram coletar informações primordiais vindas dos Assurini no espaço da pesquisa. A seguir a relação dos indígenas entrevistados.

1. WAREMOA ASSURINI,
2. SALATAY ASSURINI,
3. KAMUY ASSURINI,
4. TAPÚ ASSURINI
5. WANDERLÉIA ASSURINI
6. SAKAMIRAMÉ ASSURINI
7. PIRASAROA ASSURINI
8. NAYCA ASSURINI
9. OLIVEIRA ASSURINI
10. PORAKÉ ASSURINI
11. HENONEWARA ASSURINI
12. PASSAWIA ASSURINI
13. VIRAWIA ASSURINI

14. TORIAIWA ASSURINI
15. ATAWYMA ASSURINI
16. TÉCNICA DE ENFERMAGEM ALINE
17. KUPINAIWA ASSURINI
18. VANDA ASSURINI
19. PIRÁ ASSURINI

2. FONTES IMAGÉTICAS

As fontes imagéticas utilizadas foram produzidas no próprio espaço da aldeia Assurini, e retratam imagens dos indígenas Assurini e de suas casas,

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Valéria & LEITÃO, Sérgio, **Direitos Indígenas: avanços e impasses pós-1988**. In: LIMA, Antônio Carlos de S. & BARROSO, Hoffman (Org.) **Além da Tutela. Bases para uma nova política indigenista III**, Rio de Janeiro, Contracapa Livraria/LACED, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANDRADE, Lúcia M.M. de 1985. **Assurini do PI Trocará. Recomendações para aplicação da verba do convênio CVRD/FUNAI**. Viagem realizada em janeiro/ fevereiro de 1985, p. 42.

ANDRADE, Lúcia M. M. de. Capítulo I: **Os Assurini do Tocantins**. In: “**O corpo e o cosmos, relações de gênero e o sobrenatural entre os Assurini do Tocantins**”, Dissertação de Mestrado, Dep. De Antropologia da USP, 1982.

ARBEX, José. **O poder da TV**. 1.ed. São Paulo, Scipione, 2002.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos Indígenas: conhecer para respeitar**. In: Povos Indígenas & Educação. Porto Alegre: Mediação, 2008, p. 7 a 15.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010**. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Saúde e o correspondente quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, p. 6, 20 de outubro de 2010. Seção I. (Reprodução editada do ato presidencial publicado no DOU – Seção 1, nº 201, de 20 de outubro de 2010).

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação Indigenista do Brasil no Século XIX**. Uma Compilação. (1808-1889). São Paulo: Edusp, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos Índios no Brasil, direitos, cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro. “**Introdução a uma História Indígena**”. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp.9-24.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**/ Henrique Carneiro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 – 7ª Reimpressão.

FUNARI, Pedro Paulo. “**As Identidades**”; “**Os Índios**”. In: FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011, pp.13-63.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é Propaganda Ideológica**. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense, 2ª ed. São Paulo SP. 1983.

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**/ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7. ed. – Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MELLATI, Julio Cezar. **O Índio e o Civilizado: o que pensa um do outro**. IN: Índios do Brasil. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 255 a 270.

MALLATI, Júlio César. “**A população indígena brasileira**”; “**O saber indígena**”. In:

MALLATI, Júlio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2007, pp. 43-55/203-217;

PROCÓPIO, Maria Gorete Cruz. **Educação Escolar Indígena na Amazônia: Uma Abordagem Histórica Sobre os Desafios, Avanços e Perspectivas na Escola Wararaawa Assurini Localizada na Transcametá Tucuruí-Pa**. Campus Universitário Do Tocantins/UFPA-Cametá, Faculdade de Educação, 2012 (Trabalho de Conclusão de curso).

PORRO, Antônio.” **História indígena do alto e médio Amazonas: Séculos XVI a XVIII**”. In: CUNHA, Manuela Carneiro. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FADESP, 1992, pp. 175-196.

ROQUE, Roque de Barros, **Cultura um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro Ed 23: Editora Jorge Zahar, 2009.

SALTO PARA O FUTURO. **Educação do olhar**. V.2, Mec/Brasília, 1998.

SILVA, Orlando Sampaio. **Índios do Tocantins**. Manaus: Editora Valer, 2009.

SUDEK, José Roberto at all. Mediatemente – **Televisão, Cultura e Educação**.

MEC/Brasília. 1999.

<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/estudos/article/view/167/153>.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrutura_regimental_ms_decreto_7336.pdf.